



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

RAFAELA SILVA FERREIRA

**UMA ANÁLISE DO PADRÃO DE COMÉRCIO DA REGIÃO NORDESTE
À LUZ DA TEORIA CEPALINA (2020-2025)**

**JOÃO PESSOA
2026**

RAFAELA SILVA FERREIRA

**UMA ANÁLISE DO PADRÃO DE COMÉRCIO DA REGIÃO NORDESTE
À LUZ DA TEORIA CEPALINA (2020-2025)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Cristina Silva
Paixão

Coorientador: Prof. Dr. Lucas Milanez de
Lima Almeida

JOÃO PESSOA
2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383a Ferreira, Rafaela Silva.

Uma análise do padrão de comércio da Região Nordeste
à luz da Teoria Cepalina (2020-2025) / Rafaela Silva
Ferreira. - João Pessoa, 2026.

66 f. : il.

Orientação: Márcia Cristina Silva Paixão.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Comércio internacional. 2. Complexidade
tecnológica. 3. Nordeste. 4. Teoria Cepalina. I.
Paixão, Márcia Cristina Silva. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

RAFAELA SILVA FERREIRA

"Uma Análise do Padrão de Comércio da Região Nordeste à Luz da Teoria Cepalina
(2020–2025)"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais do Centro de
Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 29 de julho de 2026

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA CRISTINA SILVA PAIXAO**
Data: 31/07/2026 10:07:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Márcia Cristina Silva Paixão - (Orientador)
UFPB

Documento assinado digitalmente
 **SAMUEL RUFINO DE CARVALHO**
Data: 31/07/2026 09:22:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Samuel Rufino de Carvalho - (Membro 2)
UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ELIA ELISA CIA ALVES**
Data: 30/07/2026 18:32:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elia Elisa Cia Alves - (Membro 3)
UFPB

Aos meus maiores apoiadores, Romeu e Vanusa;
às minhas terras adoradas, Brasil e Nordeste.

AGRADECIMENTOS

“Na convivência, o tempo não importa. Se for um minuto, uma hora, uma vida. O que importa é o que ficou deste minuto, desta hora, desta vida. Lembra que o que importa é tudo que semeares colherás. Por isso, marca a tua passagem, deixa algo de ti, do teu minuto, da tua hora, do teu dia, da tua vida.”

(Mário Quintana)

Deixo aqui um especial agradecimento ao Brasil, onde pude ter o deleite de crescer em meio a uma cultura deliciosa de muito samba, mar e poesia. Aqui, nasceram figuras que me são muito caras. A vocês, que participaram de meus caminhos de forma tão transformadora, que moldaram as partes mais fundamentais do meu ser. Graças a vocês sou inteira. Dedico-lhes, portanto, estes sinceros agradecimentos.

Destaco, de maneira singular, aqueles que possibilitaram que eu vivenciasse essa experiência tão profundamente encantadora chamada vida: meus pais, Romeu e Vanusa, pela dedicação constante e amor incondicional. Ao meu pai, pelos incontáveis domingos de brincadeiras ao som de Chico, Caetano e Vanessa da Mata; ao incentivo pelas artes e literatura, com você constituí a base de minha curiosidade. A minha mãe, pelos sábados na livraria, em que me assistia por horas pegando dúzias de livros de prateleiras que sequer alcançava; ao incentivo pela honestidade e amor ao próximo, com você aprendi a ser forte. A ambos, que me incentivaram com extraordinário carinho e afeto, que vibraram com cada vitória, que se mostraram sempre tão orgulhosos. Agradeço por, diante de vidas outrora tão árduas, lutarem para que eu pudesse ir mais longe do que puderam alcançar, ter mais do que puderam ter. Agradeço por terem vencido por mim, saibam que luto diariamente para vencer por vocês, que o orgulho que sentem por mim é como o que sinto por vocês. Graças a vocês, posso dizer que sou plenamente feliz, pois sou amada.

Ao meu melhor amigo e namorado Mateus, que me acompanha com amor e com quem espero caminhar até o fim da vida. Agradeço por ter cruzado meus caminhos, por me permitir conhecer uma alma tão semelhante à minha, por amar a parte mais verdadeira de mim. Que sejam eternas nossas risadas, que cresçamos sempre juntos, que a luz dos olhos meus encontrem sempre a luz dos olhos teus.

À minha amiga de vida, Raffaella, que caminhou comigo dentre todas as minhas fases. Agradeço por tornar tantos momentos especiais, cada aula, cada festa, por fazer da sua casa sempre a minha casa, sem você nada teria sido o mesmo. Seguirei sempre vibrando a cada conquista sua, assim como você vibra pelas minhas.

Aos meus amigos e colegas de turma, João e Nycole, cuja companhia me alegrou durante todo o curso pelos corredores, aulas e caronas. Agradeço pelas risadas incessantes durante as provas em dupla, pelos almoços cheios de fofocas, pelas trocas desesperadas de conteúdos antes das provas e tantos outros momentos tão especiais. Agradeço por fazerem da graduação um processo tão mais leve e gratificante.

A minha orientadora e meu coorientador, Márcia Paixão e Lucas Milanez, que me acompanharam ao longo deste trabalho tão simbólico para mim. Agradeço pelos ensinamentos. Graças a vocês posso concluir minha graduação com profundo sentimento de realização.

Iniciada a chegada ao fim, concluo dizendo que acredito plenamente no poder da palavra. Graças a ela, creio que a sorte passou a me acompanhar desde meus primeiros momentos de vida, quando estive nos braços de minha mãe pela primeira vez e quando, ao ver minhas primeiras lágrimas, meu pai desejou que fossem poucas as lágrimas de tristeza e muitas as de alegria. Que sorte a minha, de caminhar lado a lado a todos vocês, que tornam esse desejo realidade diariamente. Nenhum agradecimento é capaz de traduzir a alegria que sinto em tê-los ao meu lado. Mesmo assim, mais uma vez torno a tentar: obrigada por tanto.

“Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade de comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço).”

(Eduardo Galeano, em As Veias Abertas da América Latina)

RESUMO

Este trabalho analisa a pauta comercial do Nordeste do Brasil no período de 2020 a 2025, buscando compreender o que as exportações e importações revelam em termos de possibilidades de desenvolvimento e autonomia da Região e do País. A pesquisa é quantitativa e qualitativa, a partir de dados da plataforma ComexStat do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) sob a Classificação Internacional de Atividades Econômicas (ISIC, na sigla em inglês) e avaliados conforme a tipologia de intensidade tecnológica da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A análise será empreendida à luz da Teoria Cepalina, observando em que medida o Nordeste evidencia a lógica centro-periferia descrita pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Os resultados apontam a permanência de padrões de dependência, com predominância de produtos primários nas exportações e maior presença de bens tecnológicos nas importações, evidenciando desafios para o fortalecimento da complexidade produtiva da Região Nordeste.

Palavras-chave: comércio internacional; complexidade tecnológica; Nordeste; Teoria Cepalina.

ABSTRACT

This study analyzes the trade profile of the Northeast Region of Brazil during the period from 2020 to 2025, seeking to understand what exports and imports reveal in terms of possibilities for the development and autonomy of the Region and the Country. The research is quantitative and qualitative, based on data from the ComexStat platform of the Ministry of Development, Industry, Trade and Services (MDIC), under the International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC), and evaluated according to the technological intensity typology of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). The analysis will be conducted in light of ECLAC Theory, examining the extent to which Brazil's Northeast reflects the center-periphery dynamic described by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). The results indicate the persistence of dependency patterns, with a predominance of primary products in exports and a greater presence of technological goods in imports, highlighting the challenges to strengthening the productive complexity of Brazil's Northeast Region.

Keywords: Cepalist Theory; international trade; Northeast; technological complexity.

RESUMEN

Este trabajo analiza la pauta comercial del Nordeste de Brasil en el período de 2020 a 2025, buscando comprender lo que las exportaciones e importaciones revelan en términos de posibilidades de desarrollo y autonomía de la Región y del País. La investigación es cuantitativa y cualitativa, a partir de datos de la plataforma ComexStat del Ministerio de Desarrollo, Industria, Comercio y Servicios (MDIC), bajo la Clasificación Industrial Internacional Uniforme de Todas las Actividades Económicas (CIIU, ISIC por sus siglas en inglés), y evaluados conforme a la tipología de intensidad tecnológica de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE). El análisis se llevará a cabo a la luz de la Teoría Cepalina, examinando en qué medida el Nordeste de Brasil refleja la lógica centro-periferia descrita por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Los resultados evidencian la persistencia de patrones de dependencia, con predominio de productos primarios en las exportaciones y una mayor presencia de bienes tecnológicos en las importaciones, lo que pone de manifiesto los desafíos para fortalecer la complejidad productiva de la Región Nordeste de Brasil.

Palabras clave: comercio internacional; complejidad tecnológica; Nordeste; Teoría Cepalina.

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 - Classificação dos Produtos segundo o Grau de Transformação Industrial e a Intensidade Tecnológica	20
Tabela 2 - Nordeste: exportações, importações e saldo comercial - 2020-2025 (US\$ FOB)	35
Tabela 3 - Exportações nordestinas totais, principais destinos - 2020-2025 (US\$ FOB e Kg líq. em bilhões)	37
Tabela 4 - Exportações nordestinas, participação dos principais destinos - 2020-2025 (%)	38
Tabela 5 - Exportações nordestinas totais, principais produtos e classificação por fator agregado e intensidade tecnológica - 2020-2025 (US\$ FOB e Kg em bilhões)	39
Tabela 6 - Exportações totais por estado nordestino - 2020-2025 (US\$ FOB, Kg líq. em bilhões e %)	42
Tabela 7 - Exportações por estado nordestino, participação anual - 2020-2025 (%)	43
Tabela 8 - Importações nordestinas totais, principais parceiros - 2020-2025 (US\$ FOB e Kg líq. em bilhões)	46
Tabela 9 - Importações nordestinas, participação dos principais parceiros - 2020-2025 (%)	47
Tabela 10 - Importações nordestinas totais, principais produtos e classificação por fator agregado e intensidade tecnológica - 2020-2025 (US\$ FOB e Kg em bilhões)	48
Tabela 11 - Importações totais por estado nordestino - 2020-2025 (US\$ FOB, Kg líq. em bilhões e %)	51
Tabela 12 - Importações por estado nordestino, participação anual - 2020-2025 (%)	51
Tabela 13 - Comércio internacional nordestino com parceiros selecionados – total em 2020-2025 (US\$ FOB em bilhões)	54

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 - Variação do PIB do Nordeste (em %)	32
Gráfico 2 - Composição do PIB do Nordeste em 2025	33
Gráfico 3 - Variação do PIB das demais regiões brasileiras (2020-2025)	34
Gráfico 4 - Evolução das exportações nordestinas, principais produtos - 2020-2025 (US\$ FOB bilhões)	42
Gráfico 5 - Evolução das importações nordestinas, principais produtos - 2020-2025 (US\$ FOB bilhões)	50

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISIC	<i>International Standard Industrial Classification of All Economic Activities</i>
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SEI-BA	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
VAB	Valor Agregado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1.	Objetivos da pesquisa	17
2	METODOLOGIA	19
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1	Características do processo de industrialização da Região Nordeste	27
4.2	Breve panorama da Região Nordeste: atividade econômica e comércio internacional.....	31
4.3	Padrão do comércio nordestino sob a perspectiva cepalina	36
4.3.1	A pauta comercial nordestina sob a perspectiva centro-periférica da CEPAL.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

A Teoria Cepalina, formulada a partir das reflexões de Raúl Prebisch e de intelectuais latino-americanos vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), parte da avaliação de que a economia mundial se organiza em uma lógica de centro e periferia, marcada por assimetrias estruturais. Desse modo, o centro concentra a produção de bens industrializados, de alto valor agregado e intensivos em tecnologia. Enquanto isso, a periferia permanece especializada na exportação de produtos primários e de baixa complexidade, resultando em deterioração dos termos de troca ao longo do tempo (Schwartz, 1984; Bielschowsky, 2000).

Mais especificamente e segundo Borja (2020, p. 3), os trabalhos de Prebisch originaram a teoria do estruturalismo latino-americano, uma “formulação do sistema centro-periferia, com destaque para a análise da dinâmica cíclica da economia mundial e de seus efeitos diferenciados entre centro e periferia”. O objetivo foi embasar a observação da deterioração dos termos de troca da América Latina, críticas à política comercial dos Estados Unidos das Américas (EUA) e à divisão internacional do trabalho.

Bielschowsky (2000) também destaca que a Teoria Cepalina reconheceu a relação de interdependência entre centro e periferia, constatando que haveria um contraste no desenvolvimento, no progresso tecnológico e no comércio internacional de ambos, em decorrência de sua estrutura econômica e social. É nesse cenário de desigualdades no sistema internacional que se observa um padrão de desenvolvimento desigual entre países de centro e periferia, atribuído tanto às especificidades históricas, sociais e institucionais de cada região quanto ao modo de inserção das economias periféricas na economia mundial (Nassif, 2021).

Ruiz e Lombaerde (2018), por sua vez, defendem a relevância da Teoria Cepalina como perspectiva econômica estruturalista da CEPAL ao enfatizar a necessidade da produção de teorias a nível regional com o fim de possibilitar uma compreensão verossímil quanto aos desafios enfrentados pela América Latina. Assim, os autores destacam a necessidade da produção acadêmica regional em contraponto à importação de teorias europeias, que se adequam a lógicas e padrões históricos de centro e, portanto, tendem a se desconectar das realidades dos países periféricos.

Diante da contribuição da Teoria Cepalina em defesa de uma redução de laços de dependência, bem como da produção acadêmica mais alinhada à realidade latino-americana, torna-se importante compreender os principais argumentos que constituem seu núcleo, e

aplicá-la para avaliação e discussão de aspectos e tendências do padrão de comércio de dado território.

Sob essa perspectiva, a escolha da Região Nordeste como objeto de estudo é pertinente ao representar uma região de trajetória econômica marcada por profundas desigualdades estruturais, tornando-se um importante exemplo da problemática do subdesenvolvimento e da lógica centro-periferia discutida pela CEPAL.

Nesse contexto, têm-se que a região foi afetada pelo desenvolvimento econômico desigual. Embora o Nordeste tenha iniciado sua trajetória econômica ainda no período da colonização como uma importante região estratégica, devido a produção do açúcar, essa lógica não persistiu devido ao caráter submisso da economia nacional. Assim, mudanças nos mercados globais levaram a transformações na lógica econômica nacional, fazendo com que a região perdesse seu protagonismo com o passar dos anos (Cano, 1998; Furtado, 2003).

Um dos principais exemplos é justamente o processo de industrialização, no qual as atividades industriais se consolidaram nas regiões mais dinâmicas do país. Enquanto isso, o Nordeste permaneceu associado a uma estrutura produtiva menos diversificada e industrialmente limitada (Cano, 1998; Furtado, 2003). Por consequência, sua demanda por produtos tecnológicos e estratégicos é suprida por meio das importações, tornando a região vulnerável a oscilações globais.

Portanto, o uso do Nordeste como objeto de estudo sob a luz da Teoria Cepalina é pertinente, pois estão presentes na região algumas das preocupações centrais cepalinas com o subdesenvolvimento latino-americano, como a persistência de assimetrias produtivas e estruturais, e a dificuldade de incorporação do progresso técnico (Bielschowsky, 2000; Furtado, 2005).

Assim sendo, o presente estudo parte dessa perspectiva e se apoia na Teoria Cepalina para estudar o comércio da Região Nordeste do Brasil. Mais especificamente, coloca-se a pergunta: em que medida o comércio internacional do Nordeste apresenta indícios de uma relação com a lógica centro-periferia suposta pela Teoria Cepalina?

A questão colocada surge da constatação de que há uma escassez de análises que relacionem a pauta de comércio dessa Região brasileira com o suposto processo de dependência latino-americana de economias desenvolvidas.

1.1 Objetivos da pesquisa

O presente estudo tem como objetivo geral identificar se o padrão de comércio recente da Região Nordeste, no período 2020-2025, guarda relação com a lógica centro-periferia suposta pela Teoria Cepalina. Como objetivos específicos tem-se:

- a) contextualizar o processo histórico de industrialização na Região Nordeste;
- b) descrever o padrão de comércio nordestino no período de interesse;
- c) analisar a pauta comercial sob a ótica da complexidade econômica e tecnológica;
- d) discutir possíveis evidências de condições estruturais de dependência.

Os resultados indicam que, embora o Nordeste tenha apresentado avanços econômicos no período analisado, como será tratado adiante, sua pauta comercial revela características de dependência, a saber: importação de bens de maior sofisticação tecnológica e valor agregado, contraposta à exportação predominante de produtos de menor complexidade.

O presente trabalho se justifica pela escassez de pesquisas que analisem a pauta comercial da Região Nordeste no período de 2020 a 2025, especialmente à luz da Teoria Cepalina¹. Assim, a análise das tendências comerciais da região torna-se fundamental para compreender os desafios relacionados à sua inserção na economia internacional.

Do ponto de vista metodológico, o estudo se destaca ao combinar os dados de comércio internacional com a classificação de intensidade tecnológica da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), discutida por Morceiro (2026), possibilitando uma análise que considera tanto os valores comercializados, como a intensidade tecnológica da pauta comercial. Essa abordagem permite avaliar a inserção internacional da Região Nordeste sob a perspectiva da Teoria Cepalina, ampliando a compreensão acerca de sua estrutura exportadora e importadora.

Ademais, ao identificar as principais tendências da pauta comercial, o estudo oferece informações úteis para a definição de setores estratégicos. Busca-se, ainda, evidenciar vulnerabilidades estruturais que possam orientar a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da inserção econômica regional, à diversificação da pauta comercial e à

¹ A afirmação baseia-se em resultados de levantamento bibliográfico realizado por meio do Google Acadêmico, Scopus, Portal de Periódicos da CAPES e na seção de Artigos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), utilizando-se descritores relacionados à pauta comercial da Região Nordeste e à teoria cepalina para o período de 2020-2025.

ampliação da participação do Nordeste em segmentos de maior valor agregado e intensidade tecnológica.

Nesse sentido, este trabalho tem valor científico e social por fomentar a literatura acerca do desenvolvimento internacional nordestino e fornecer informações que podem servir de apoio a empresários, gestores e formuladores de políticas de crescimento econômico.

O trabalho está dividido em cinco seções além desta Introdução. A segunda seção apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa. A terceira, corresponde à fundamentação teórica do estudo e a quarta, aos resultados e discussão. Por fim, são apresentadas considerações finais.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa descritiva e bibliográfica, também contando com a união da metodologia quantitativa e qualitativa, comumente vistas como opostas, mas que podem ser utilizadas conjuntamente na produção acadêmica (Mussi *et al.*, 2019).

O período observado, 2020-2025, foi selecionado da perspectiva de que ele revela o padrão de comércio internacional mais recente da Região Nordeste e, conseqüentemente, sua estrutura produtiva atual em termos de complexidade tecnológica e valor agregado.

Foram utilizados dados das importações e exportações nordestinas coletados na base ComexStat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sob a Classificação Internacional de Atividades Econômicas (ISIC, na sigla em inglês). Especificamente para a leitura sob a perspectiva cepalina, a pauta comercial foi avaliada observando-se o grau de transformação industrial e a intensidade tecnológica das mercadorias (Tabela 1).

Precisamente, os produtos foram classificados conforme o fator agregado (básicos, semimanufaturados e manufaturados) e, complementarmente, a tipologia de intensidade tecnológica da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) baseada em nível de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Essa última tipologia permite diferenciar setores de alta, média-alta, média, média-baixa e baixa intensidade tecnológica, associando cada nível a um padrão específico de complexidade produtiva e de agregação de valor. Ainda, tomou-se por base o estudo de Leal *et al.* (2023) que sintetiza a abordagem da OCDE, explicando a intensidade tecnológica em termos de capacidade de inovação, sofisticação produtiva e potencial de modernização da estrutura econômica.

A análise foi desenvolvida com base nos pressupostos da Teoria Cepalina, da CEPAL, trazendo ao escopo regional uma discussão sobre possibilidades de desenvolvimento e potencialização da autonomia brasileira com relação a países desenvolvidos.

Tabela 1 - Classificação dos produtos segundo o grau de transformação industrial e a intensidade tecnológica

Categoria	Características	Setores característicos	Principais exemplos da pauta comercial nordestina	Intensidade Tecnológica*
Produtos manufaturados	Produtos com alto nível de transformação industrial, comumente destinados ao consumo final. Tendem a incorporar maior valor agregado.	Aeronáutica, farmacêutica e eletrônicos	Não houve produtos principais nessa categoria, mas vale destacar a exportação de outras máquinas fotográficas no período, embora com participação inferior a 0,5%.	Alta
		Químicos, máquinas e equipamentos	Outros cloretos de potássio, células fotovoltaicas	Média-Alta
Produtos semimanuf.	Produtos que passaram por processamento industrial intermediário, mas ainda são utilizados como insumos na fabricação de outros bens. Apresentam valor agregado intermediário.	Metalurgia básica e minerais não metálicos	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço, alumina calcinada.	Média
		Refino de petróleo e biocombustíveis e produtos da madeira	<i>Fuel oil</i> , pastas químicas de madeira, gasóleo, naftas para petroquímica, óleos brutos de petróleo, outras gasolinas.	Média-Baixa
Produtos básicos	Produtos com pouca ou nenhuma transformação industrial. Costumam apresentar baixo valor agregado e constituem matérias-primas da cadeia produtiva.	Agricultura	Soja em grão, algodão, milho em grão, outros trigos.	Baixa

Fonte: Adaptado do DIEESE (2016) e Leal et al. (2023). Elaboração nossa.

Nota*: produtos classificados por fator agregado segundo a ISIC Rev.4; e, por intensidade tecnológica, segundo a OCDE). Ainda, outros setores característicos foram omitidos por conveniência.

Os dados foram sistematizados com o uso da linguagem de programação Python, por meio da qual são filtrados da base consultada e utilizados na geração de gráficos e tabelas para fundamentar a discussão pretendida.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA²

Destarte, compreende-se a existência de uma divisão histórica que fomenta relações desiguais entre o sul e o norte global, indicando que os Estados reproduzem estruturas herdadas do colonialismo e posteriormente reforçadas pelo imperialismo, as quais continuam afetando a América Latina e, portanto, o Brasil. Por consequência, o sistema funciona diante da relação de subalternidade entre o dominante – centro – e o subalterno – periferia. E essa relação, em que um agente é superior a outro, traria como consequência a invisibilização do subalterno e deveria ser corrigida a partir do fim da desigualdade, para que o subalterno representasse a si e a suas pautas no meio internacional (Rosa, 2019; Lombaerde, 2018; Coelho, 2016; Guimarães Neto, 1997; Frank, 1973).

Tal necessidade enfatiza a importância da CEPAL, criada em 1950, sob o apoio de Raúl Prebisch, Celso Furtado, José Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Vásquez, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel e outros nomes relevantes no estudo da realidade latino-americana (Bielschowsky, 2000), se mostrando essencial na compreensão da necessidade de romper com a lógica dependente e desenvolvendo uma teorização própria.

Segundo Gontijo (2007), o modelo centro-periférico proposto pelos acadêmicos que fundamentaram a Teoria Cepalina nasce em contraponto ao núcleo teórico das teorias clássicas liberais ao sustentar o conceito cepalino da deterioração dos termos de troca (Nassif, 2021). Em outras palavras, a CEPAL desafiou uma das principais teorias liberais que buscava compreender os efeitos do comércio internacional nos países, a Teoria das Vantagens Comparativas, desenvolvida por David Ricardo e que nasceu preenchendo lacunas deixadas pela Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith, cujo pressuposto seria o de que cada país deveria se especializar no bem que produzisse com menor custo absoluto.

Mais especificamente, a teoria de David Ricardo deu continuidade aos pressupostos liberais ao demonstrar que todos os países, independente de suas assimetrias, ganhariam com o livre comércio, afirmando ainda a existência de um “mecanismo automático de ajustamento do balanço de pagamentos” (Gontijo, p. 416, 2007). Nesse sentido, o critério não seria qual país produz a um custo menor em termos absolutos, mas qual país produz dado bem com o menor custo de oportunidade, sendo este medido em horas de trabalho necessárias para

² Embora o presente trabalho tenha dado ênfase a autores clássicos, cabe fazer menção a autores recentes que se debruçam sob a mesma temática, a saber: Lima, 2023; Valência, 2023; Vidigal, 2023; Traspadini *et al*, 2023 e Santos, 2024.

diferentes bens (país X: custo de oportunidade na produção do bem A = trabalho necessário para produzir A/trabalho necessário para produzir B) (Gontijo, 2007).

De acordo com Schwartz, (1984), a CEPAL foi criada como um dos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU) proporcionando um cenário de debate acerca do desenvolvimento econômico latino-americano conforme o keynesianismo, vendo-se como essenciais sua industrialização e a reestruturação do comércio internacional, mediante a intervenção estatal. Para além disso, as ideias cepalinas abordaram pautas referentes a industrialização tardia nos países periféricos e suas motivações históricas em períodos como a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo mundial (Santos; Oliveira., 2008).

Conforme Prebisch (1949) e Singer (1950), a divisão entre centro e periferia corresponderia a uma divisão da economia internacional caracterizada por dois blocos de países: a) os desenvolvidos, que concentrariam as inovações e a maior parte do progresso técnico mundial, gozando de uma posição mais favorável nos fluxos comerciais do sistema internacional; b) os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que buscariam replicar e absorver o progresso técnico e inovações provenientes dos países centrais, possuindo baixo grau de inovação e progresso e, portanto, não gozando plenamente dos benefícios dos fluxos comerciais e da divisão internacional do trabalho (Nassif, 2021).

Assim sendo, a partir de Prebisch (1949), enfatizou-se a relação da industrialização entre países, em que os periféricos teriam o papel de produzir alimento e matéria prima para os centros industriais do sistema internacional. E tal cenário revelaria uma relação vantajosa para o centro, no qual não lhes seria benéfica a industrialização de países novos que, por sua vez, não usufruíam dos benefícios de um processo de industrialização bem consolidado, rompendo com a premissa da universalidade dos benefícios relacionados ao progresso técnico ao perder as vantagens clássicas do intercâmbio internacional.

Nesse contexto, se amplificaram as desigualdades, expressas nos diferentes modos de vida entre centro e periferia, dando caráter primordial ao processo de industrialização nos países periféricos, a fim de possibilitar seu aproveitamento do progresso técnico e elevar o nível de vida das massas. Nas palavras de Prebisch (1949, p. 48).

As grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países. Daí as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas nestes e naquela, e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende, primordialmente, do aumento da produtividade (Prebisch, 1949, p.48).

Prebisch (1951) discute, ainda, outro aspecto relacionado às relações de troca entre centro e periferia: haveria um desequilíbrio externo estrutural, uma vez que a capacidade de importar cresceria de forma menos acelerada do que as importações, já que “as importações de produtos primários nos centros industrializados tendem a crescer com menor intensidade do que a renda real” (Prebisch, 1951, p.184.). Ou seja, o enriquecimento dos países centrais não ocorreria de forma proporcional às suas compras de produtos primários devido aos avanços técnicos e transformações técnicas. E, como a periferia se utiliza dos dólares provenientes da importação de seus produtos por países de centro para realizar a importação de maquinários e tecnologia dos países industriais, tal tendência caracterizaria um desequilíbrio que compromete o balanço de pagamentos.

Em outras palavras, a partir de Prebisch (1949), pode-se observar a deterioração dos termos de troca como uma característica estrutural da divisão internacional do trabalho, o que justificaria a necessidade de industrialização dos países periféricos a fim de possibilitar que “o crescimento da economia possa realizar-se num ritmo superior ao do crescimento das exportações primárias” (Prebisch, 1951, p. 185).

E, uma vez aderindo à industrialização como estratégia de superar o que Prebisch (1951) refere como estrangulamento externo, apareceria a substituição de importações, que se iniciaria por bens que exigem menor capital e tecnologia, avançando gradualmente a fim de reduzir a dependência dos países periféricos nos produtos de alta elasticidade do centro, embora lidando com os altos custos de produção. Nas palavras de Colistete (2001, p. 24-25).

Implicitamente [...] todo o edifício da teoria cepalina estava fundado na hipótese de que a indústria seria capaz de se tornar o núcleo gerador e difusor de progresso técnico e produtividade. Como isso dificilmente seria alcançado por setores tradicionais, com baixa intensidade de capital e tecnológica, uma hipótese adicional do argumento cepalino foi a de que a industrialização teria de incorporar setores de bens de produção mais complexos e capazes de gerar e difundir progresso técnico por toda a estrutura industrial (Colistete, 2001, p.24-25).

Para além disso, países periféricos teriam uma tendência à abundância de mão de obra, que representaria sobretudo o setor primário, e sofreriam com uma baixa capacidade de absorção dessa mão de obra, o que geraria maiores taxas de desemprego. Nesse contexto, o processo de industrialização poderia auxiliar na absorção de uma parte da mão de obra disponível e contribuir para que outra parte fosse absorvida em atividades correlacionadas, que se desenvolveriam de forma paralela às indústrias. Por sua vez, esse processo causaria a elevação da renda *per capita*, da demanda por serviços e o melhoramento técnico na produção primária. Para Prebisch (1951, p.185):

Além disso, o aumento da produtividade média em que se manifesta o processo de industrialização, juntamente com o aumento de produtividade determinado pelo aperfeiçoamento das técnicas na produção primária, eleva a renda per capita e traz consigo uma demanda crescente de serviços, com o que surgem novas fontes de ocupação. A industrialização, portanto, está ligada a fenômenos distintos de um outro gênero, que são próprios do crescimento. Se nos referimos unicamente a ela em nossa exposição, é em nome da brevidade, e não por deixarmos de lado a importância desses outros fenômenos (Prebisch, 1951, p.185).

Ainda nesse sentido, Frank (1973) indica que a questão do desenvolvimento dependente afeta a conjuntura interna dos países, gerando a formação de economias duais nos países subdesenvolvidos e regiões mais e menos desenvolvidas.

No caso brasileiro, o embasamento na Teoria Cepalina permite, portanto, analisar mais profundamente aspectos de seu desenvolvimento histórico e econômico, a fim de melhor compreender suas disparidades a partir de tendências das pautas comerciais também em nível regional e de estados. No caso, observa-se no Brasil padrões de desigualdade que remontam ao seu desenvolvimento histórico dependente e perpetuam relações de subalternidade que se reproduzem na contemporaneidade, como tratado por Campos (2017).

Segundo o autor, o processo de industrialização do Brasil foi marcado por uma trajetória dependente que remonta ao imperialismo característico da colonização e, embora o país tenha buscado desenvolver sua indústria por meio da substituição de importações entre as décadas de 1960 e 1980, alcançando avanços com a implantação de setores pesados e a produção de bens de alto valor agregado, persistiram a lógica de submissão e a ampliação da segregação social.

Admite-se que a deterioração dos termos de troca, que teria como um de seus principais catalisadores o processo de industrialização falho, ocorreria não somente entre países, mas também se expressaria internamente, uma vez que suas regiões seriam afetadas pela dependência. Costa (2021), por exemplo, evidencia a percepção de Celso Furtado sobre haver uma desigualdade entre as regiões brasileiras, sendo o Nordeste subdesenvolvido devido o distanciamento econômico das regiões mais desenvolvidas (predominantemente no eixo Centro-Sul). O autor ainda argumenta que a Região Nordeste não teria aproveitado amplamente os frutos do desenvolvimento industrial brasileiro devido sua base produtiva que tinha o açúcar como produto principal, complementada por uma economia de subsistência.

Em suma, compreende-se o Brasil como um dos principais exemplos latino-americanos do núcleo teórico da Teoria Cepalina, com uma atualidade marcada por relações de dependência entre centro e periferia que se replicam até a contemporaneidade. Nesse sentido, observam-se características relacionadas a um processo de industrialização

tardio, comum a países periféricos de caráter primário exportador, não tendo sido o processo de substituição de exportações bem-sucedido o suficiente a fim de contornar suas características de dependência na conjuntura do sistema internacional. Assim, como será estudado nas Seções 4 e 5, o País conta com discrepâncias de níveis de desenvolvimento, contando com regiões que apresentam dualidade econômica internamente, como no caso da Região Nordeste, cujo processo histórico de industrialização traz tendências que se refletem em sua pauta comercial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Características do processo de industrialização do Nordeste

Destarte, é relevante compreender um dos principais elementos acerca do processo de industrialização do Brasil, que encontra diferentes perspectivas no meio acadêmico: a percepção de que há, a nível inter-regional, a replicação de relações imperialistas entre os estados brasileiros. Sob esse pressuposto, o eixo Centro-Sul teria se desenvolvido em detrimento das demais regiões, aqui destacando a Região Nordeste.

Sob essa lógica, e da perspectiva de Celso Furtado, compreende-se o Nordeste do Brasil como uma região periférica dentro de uma economia dependente. Nesse sentido, Furtado tece um paralelo com relação às relações entre países de centro e periferia e a estrutura interna entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, trazendo a perspectiva Cepalina a nível regional. É nesse sentido, que se compreendeu na Região Nordeste a replicação de problemas enfrentados pelo Brasil como país dependente, a exemplo da transferência de renda do Nordeste (periferia), para o Centro-Sul (centro), que minaram a capacidade de industrialização do primeiro (Diniz, 2009).

Conforme destaca Diniz (2009), Furtado compreendia que os superávits comerciais gerados pelo Nordeste com o exterior financiavam as importações da Região Centro-Sul, potencializando seu crescimento e industrialização, em detrimento do Nordeste, que teria passado a importar bens industrializados de maior valor agregado da região, enquanto sua pauta exportadora ao Centro-Sul seria composta majoritariamente por matérias primas, levando à deterioração dos termos de troca previstos pela CEPAL. Nas palavras do autor:

Esse duplo mecanismo de transferência de renda provocava um efeito sobre a economia nordestina semelhante ao efeito dos países centrais sobre a periferia, caracterizado no clássico diagnóstico da deterioração dos termos de intercâmbio da Cepal (Diniz, p.238-239, 2009).

Nesse sentido, de forma similar ao caso brasileiro, Furtado observava a tendência de aumento constante do distanciamento entre o Nordeste e o Centro-Sul, fortalecido em decorrência do caráter limitante dos benefícios concedidos pelo governo brasileiro, que no Centro-Sul enfatizaram uma política de industrialização através de mecanismos comerciais e financiamentos de investimentos produtivos, enquanto no Nordeste tinham caráter sobretudo assistencial, sem fomentar suficientemente o processo de industrialização na região. Assim,

Furtado considerava o progresso técnico por meio da industrialização essencial para trazer maior autonomia ao Nordeste e fortalecer sua burguesia regional (Diniz, 2009).

No entanto, Wilson Cano (1998) traz um contraponto, não somente à perspectiva de crescimento do eixo Centro-Sul como um fator que teria minado historicamente a capacidade de desenvolvimento industrial da Região Nordeste, mas também a aplicabilidade da Teoria Cepalina em nível regional. Para o autor, apesar da CEPAL ter promovido maior conscientização política a respeito da dependência do Nordeste, é necessário problematizar sua utilização na dimensão regional, indicando que a concepção centro-periferia não se valida quando aplicada além da relação Estados-Nações, haja vista que as relações entre regiões de uma mesma nação não podem ser formalizadas por medidas de política cambial ou tarifária, com exceção de políticas de incentivo regionais.

Já no que abrange a replicação do imperialismo a nível regional, Cano (1988) indica que, nessa escala, não há um imperialismo interno, mas sim a livre atuação da concorrência capitalista em um “espaço econômico nacional internacionalizado, onde os interesses privados de maior porte não são efetivamente regionais” (Cano, p. 28, 1988). Sendo assim, haveria de fato um centro dominante (o Centro-Sul) onde existe concentração e que é decisivo no processo de acumulação de capital nacional. No entanto, seu crescimento não ocorreria em detrimento direto da Região Nordeste, segundo o autor tomando por base aspectos quantitativos da série histórica brasileira, em paralelo à sua trajetória de desenvolvimento.

Cano (1988), para comprovar sua tese, estudou o crescimento das regiões brasileiras no período de 1919 a 1970, observando, entre outras variáveis, o valor de transformação industrial (VTI) e o número de operários (OP) dos três grupos industriais – bens de consumo não duráveis, bens intermediários e bens de consumo duráveis. O autor observou uma recorrência de taxas de crescimento para o Nordeste, mesmo que não equiparadas às do eixo Centro-Sul, e que um fator interno ocasionava retrocessos, as secas. Em outras palavras, tanto avanços quanto atrasos industriais não ocorreriam de forma dependente do eixo Centro-Sul, mas por esse fenômeno natural que leva à queda na produção e ao desemprego, prejudicando o crescimento da Região.

Torna-se, portanto, indispensável compreender a dependência externa que se aplica no processo de industrialização brasileira. Sob esse contexto, e conforme Wanderley (1996), o desenvolvimento histórico da economia nordestina pode ser dividido em três estágios: a) isolamento - de capital mercantil, produção de bens de consumo não duráveis e mercado internacional; b) articulação - de capital mercantil, produção de bens de consumo duráveis e

não duráveis e mercado nacional; c) integração: de capital produtivo, produção de bens intermediários e mercado nacional e internacional.

Diante das principais características e impactos do período de isolamento, houve predominância do modelo agrário-exportador, no qual o Brasil colonizado se especializou em determinados produtos atrelados à economia internacional, satisfazendo a demanda externa. No início desse período, o Nordeste constituiu a região de maior sucesso econômico na colônia, consolidando o complexo econômico açucareiro e a utilização de mão de obra escrava. Assim sendo, foi neste período que o Nordeste passou a atuar como uma periferia da economia capitalista, acarretando forte dependência externa e limitando a capacidade de diversificação da pauta produtiva da Região (Guimarães Neto, 1997; Furtado, 2003).

A produção açucareira também foi complementada por outros produtos primários, em princípio a pecuária no Sertão, que nasceria com o sentido de suprir a necessidade interna na região e auxiliar na produção do açúcar, fornecendo alimento e transporte necessários ao setor. Em meio a esse contexto, novas tendências na demanda do mercado externo atuaram de forma a modificar o setor produtivo nordestino: a Revolução Industrial inglesa, que acarretou no aumento da concorrência no setor açucareiro global e levou à expansão da demanda industrial estadunidense por matéria-prima têxtil. Sob tais alterações de cenário, o Nordeste passou a operar como um produtor algodoeiro, enfatizando a gênese de uma conformidade na adaptação da Região a ciclos do capitalismo global que reforçando uma baixa diversificação produtiva, falta de autonomia e inibindo incorporação de tecnologias (Wanderley, 1996; Furtado, 2005).

A fase de articulação, por sua vez, foi marcada pela predominância do capital mercantil nacional e dividida em três estágios: a) uma fase caracterizada pelo escoamento dos produtos primários produzidos no Nordeste em direção ao mercado interno (principalmente, a Região Sudeste, dinamizada pela valorização da economia cafeeira), em decorrência da crise no setor externo; b) uma fase - iniciada com a crise da economia cafeeira e que encerrou o ciclo econômico baseado no modelo de desenvolvimento agrário-exportador -, caracterizada pelo avanço da industrialização na Região Sudeste, seu atendimento pelo Nordeste com produtos primários e que, por sua vez, passou a consumir bens manufaturados da Região Centro-Sul e enfrentar a concorrência de produtos sudestinos em seu mercado interno; c) a fase de consolidação, caracterizada pelo amadurecimento do mercado interno, a priori por uma indústria leve e, em seguida, pela indústria pesada.

É nessa fase de consolidação que se dá o início do processo de substituição de importações no Brasil, com o objetivo de reduzir a dependência externa e fortalecer o

mercado interno, embora o desenvolvimento industrial ocorresse de forma subordinada e atrasada em relação ao centro global, além de estar concentrado na Região Sudeste brasileira (Silva Filho *et al.*, 2015). Assim, no período da indústria leve, de 1930 a 1955, houve uma diversificação do consumo devido a ascensão dos produtos comercializados pela Região Sudeste, enquanto a pauta comercial nordestina não sofreu alterações estruturais. Já em 1956-1961, o período da indústria pesada – impulsionado pelo Plano de Metas e intensificado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) – precedeu a fase da integração no Brasil.

Esse segundo momento de industrialização se deu de forma concentrada na Região Sudeste, de forma que o Nordeste não desempenhou atuação significativa e não usufruiu plenamente dos benefícios da industrialização pesada. Dessa maneira, “a forma de integração baseada no capital comercial, a partir de regiões individualizadas é substituída pela formação de um sistema produtivo integrado hierarquicamente a nível nacional” (Wanderley, p. 8, 1996).

Já o estágio da integração produtiva no Brasil, impulsionado pelos declínios econômicos e pelos incentivos estatais nos âmbitos fiscal e financeiro, teve início na década de 1960 e foi marcado pelo processo de substituição de importações. Com a recessão atingindo o polo industrial que havia se estabelecido na Região Sudeste e devido sua capacidade de acumulação, instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) observaram a necessidade de realocação de seus investimentos ao Nordeste do país (Wanderley, 1996; Silva Filho *et al.*, 2015). Nesse contexto, a fase do milagre econômico (1968-1973) foi um período de extrema relevância, como afirma (Wanderley, 1996, p. 8):

Na fase do Milagre Econômico (1968-1973), o processo de integração inter-regional apoiou-se na conjugação de fatos como a captação de recursos externos, a diversificação institucional dos incentivos aos investimentos e o quadro estrutural do sistema produtivo brasileiro. A alavanca estrutural da integração produtiva envolveu um alto poder de acumulação e concentração de capital (monopólios e oligopólios) sediados no Sudeste, estimulado pela ação do Estado como investidor e financiador. (Wanderley, 1996, p.8)

É esse contexto que evidenciaria a consolidação da hegemonia do capital sudestino sobre o Nordeste, mantendo-o subordinado a uma estrutura industrial de maior dinamicidade e a políticas de desenvolvimento regional que reforçariam essa relação; ainda, direcionando-o à especialização em bens intermediários, com a implantação de polos petroquímicos e

complexos industriais somente a partir do final de 1960 (Wanderley, 1996; Guimarães Neto, 1997).

No período pós milagre (1974-1980), o Brasil adotou uma estratégia anticíclica tendo como base investimentos financiados por endividamento externo, a estratégia do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava reduzir as disparidades regionais ao propor um elo entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas por meio de estímulo à desconcentração industrial, favorecida no Nordeste por incentivos estatais e disponibilidade de recursos naturais. No entanto, essa capacidade foi paulatinamente minada por problemas enfrentados pela economia brasileira com o choque do petróleo (1973), o aumento dos juros internacionais, a queda nos preços de exportação e a restrição do crédito externo, o que acarretou a permanência das desigualdades regionais e o encerramento do ciclo de crescimento (Silva *et al.*, 2015).

Diante do exposto, o caráter dependente da economia nordestina, originado ainda no processo de colonização e reforçado por uma industrialização igualmente subordinada, culminou em entraves estruturais que se estendem até a contemporaneidade. Como será discutido na Seção 5, é possível observar um padrão acentuado de especialização produtiva na Região Nordeste, no qual predominam exportações de bens primários e de menor valor agregado, ao passo que as importações se concentram em produtos de maior intensidade tecnológica, provenientes não apenas do eixo Centro-Sul, mas também de economias centrais no sistema internacional.

4.2 Breve panorama da Região Nordeste: atividade econômica e comércio internacional

A presente seção apresenta um breve panorama da atividade econômica e do comércio internacional da Região Nordeste. Especificamente, após descrever o padrão de comércio da Região no período 2020-2025, faz-se uma avaliação sob a perspectiva cepalina.

Aqui, traz-se o Produto Interno Bruto (PIB) como referência, uma vez que constitui uma das principais variáveis na literatura de comércio internacional para representar o tamanho e desempenho econômico de países e regiões. Em consonância com o modelo gravitacional do comércio, proposto por Tinbergen (1962), economias com maior nível de renda tendem a apresentar características que favorecem tanto as exportações quanto as importações, como uma maior capacidade produtiva e maior mercado consumidor. Em outras palavras, o PIB é uma variável amplamente utilizada como indicador da capacidade de inserção de uma economia nos fluxos comerciais internacionais (Ferreira, 2021).

Sob essa perspectiva, a consideração do PIB dos estados nordestinos e das demais regiões brasileiras neste trabalho, auxilia a compreensão da intensidade das relações comerciais estabelecidas. Embora o tamanho econômico não explique isoladamente a composição da pauta comercial, ainda constitui uma variável relevante para interpretar o potencial de produção, a oferta e a demanda por bens comercializados, servindo como complemento da análise estrutural realizada à luz da Teoria Cepalina (Ferreira, 2021).

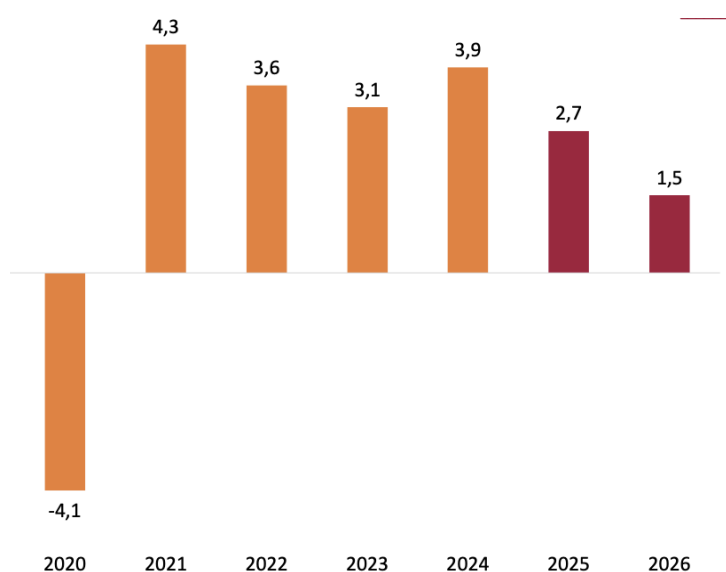
Assim, o Gráfico 1 mostra o comportamento do PIB nordestino em 2020-2024, e estimativas para 2025 e 2026 (BNB/Etene, 2025). Constata-se um crescimento anual entre 2021 e 2024 relativamente equilibrado, com 2020 como o ano de maior discrepância, com variação de -4,1% em decorrência dos impactos econômicos da Covid-19.

Destaque-se que as estimativas para 2025 se mostraram realistas. Segundo publicação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2026, a variação em relação a 2024 foi de 2,4%.

No entanto, apesar dos índices positivos do PIB nordestino, uma observação mais atenta revela a existência de disparidades enfrentadas pela Região. Nesse sentido, o Gráfico 2 evidencia a reprodução de assimetrias a nível interno, demonstrando que somente quatro dos nove estados nordestinos – Bahia (28,8%), Pernambuco (17,5%), Ceará (15,2%) e Maranhão (10,5%) – totalizaram 72% da composição do PIB no ano de 2025.

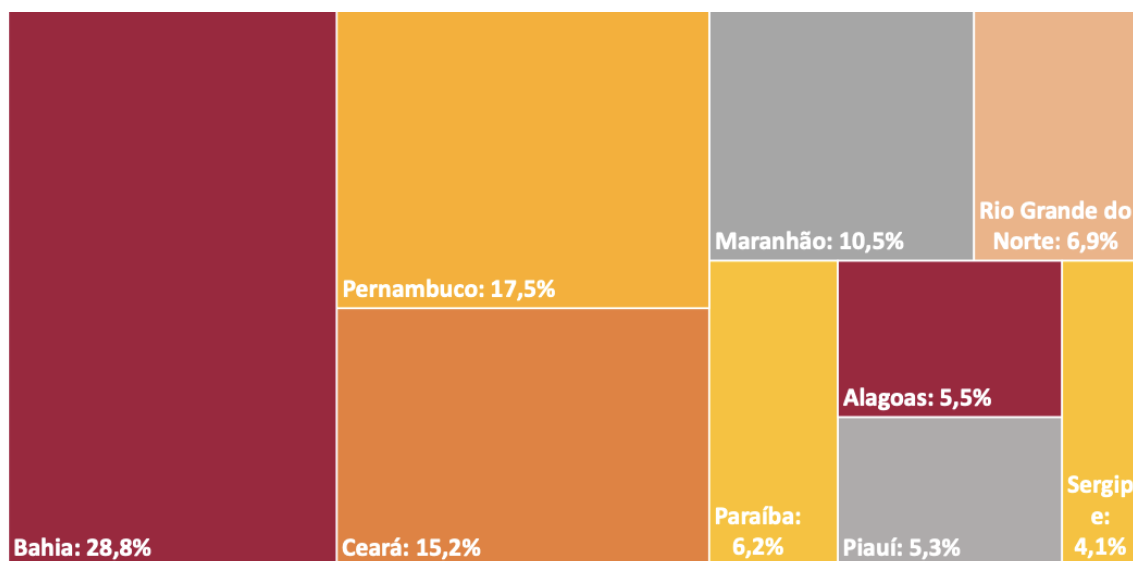
Aqui, se evidencia uma concentração espacial da produção de riqueza no Nordeste, que depende fortemente de poucos polos produtivos.

Gráfico 1 - Variação do PIB do Nordeste (em %)



Fonte: BNB/Etene (2025).

Nota: A variação do PIB nos anos de 2025 e 2026 é proveniente de estimativas.

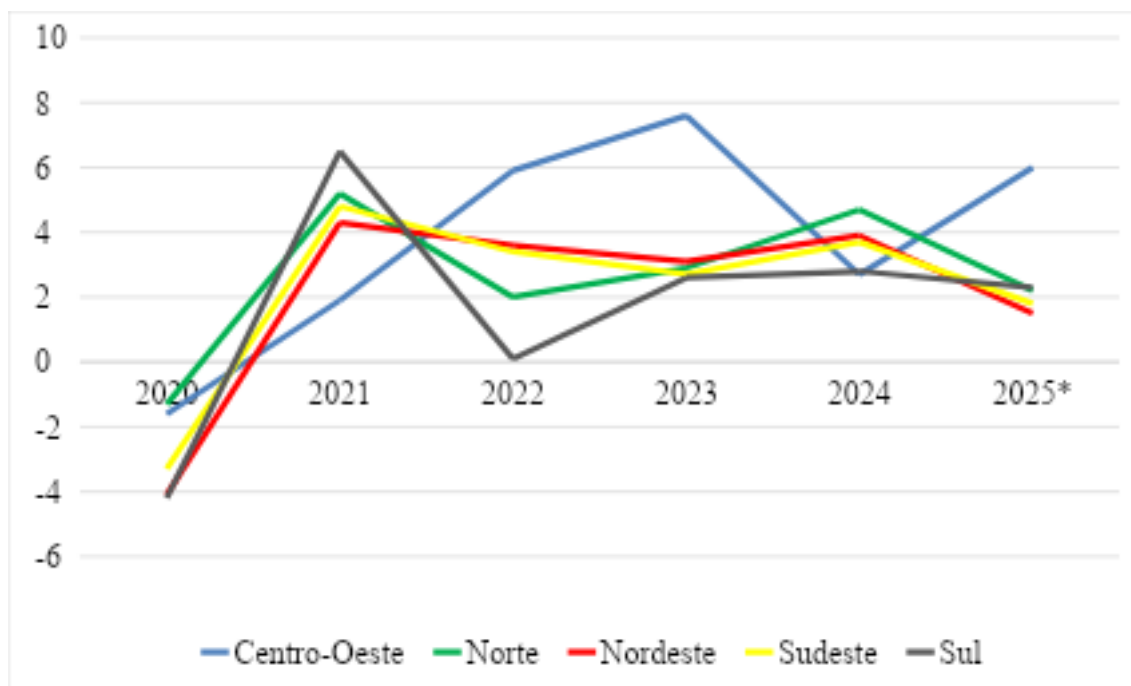
Gráfico 2 - Composição do PIB do Nordeste em 2025

Fonte: BNB/Etene (2025).

Por meio do Gráfico 3, é possível visualizar que as regiões brasileiras apresentaram um comportamento econômico semelhante ao longo de 2020-2025. Todas iniciaram o período com uma variação negativa do PIB em relação ao ano anterior, se recuperando a partir de 2021. O Sudeste e o Sul iniciaram o período com maior destaque negativo, com respectivos -3,3% e -4,2%, evidenciando o impacto severo da pandemia. Destaque-se que o Sul (+6,5%) e o Norte (+5,2%) apresentaram fortes índices de recuperação, enquanto a Região Centro-Oeste (+1,9%) obteve uma retomada mais moderada.

O Nordeste, por sua vez, foi a segunda região mais afetada pela pandemia, com um déficit de 4,1% no PIB. Apesar disso, seguiu a tendência das demais, com recuperação positiva de +4,8% no ano de 2021.

Por sua vez, a partir de 2022, o Centro-Oeste passou a se destacar com forte expansão (+5,9%), em contraste com a Região Sul, que obteve somente +0,1% de aumento em seu PIB. Já no período de 2023 a 2024, manteve forte desempenho, com destaque ao ano de 2023 (+7,6%), enquanto o Sul e Sudeste apresentaram um crescimento mais modesto, com tendência à desaceleração.

Gráfico 3 - Variação do PIB das demais regiões brasileiras (2020-2025)

Fonte: BNB (2023); IBGE (2023, 2024); FGV (2025); Banco do Brasil (2026). Elaboração própria.

* Nota: A variação do PIB no ano de 2025 é proveniente de estimativas.

Assim, quando comparadas as regiões brasileiras, é possível constatar que, a partir de 2021, o Nordeste apresenta taxas de variação do PIB intermediárias em relação ao contexto nacional, sem picos elevados, mas também sem quedas ou desacelerações bruscas como as observadas nas regiões Sul e Sudeste em determinados períodos. Ainda, o Centro-Oeste configurou no período de 2020 a 2025 a região de maior capacidade de geração de riqueza.

Pode-se afirmar que o PIB nordestino revela aspectos internos e externos que vão de encontro à perspectiva de Cano (1998) e de Frank (1973), uma vez que se observa a existência de uma economia dual, composta por regiões e estados com diferente capacidade de gerar riqueza. Por consequência, há uma dependência em polos específicos a nível estadual (Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão) e regional (Centro-Oeste, Sul e Sudeste), afetando a difusão homogênea dos benefícios econômicos. Com isso, se perpetuam as limitações ao potencial de crescimento de áreas menos dinâmicas, como o próprio Nordeste. Outrossim, essas tendências se replicam ainda no âmbito do comércio exterior, como será visto a seguir.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), coletados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA, 2024), a Região Nordeste movimentou, em 2024, US\$ 53,5 bilhões em operações de comércio exterior, sendo US\$ 24,8 bilhões de exportações e US\$ 28,7 bilhões de importações. Esses valores, relativos à pauta comercial nordestina no ano de 2024,

representam uma redução de -0,2% em relação a 2023, e um aumento de 6,6% no valor importado no mesmo período. Assim, no período, o Nordeste teve uma participação de 7,4% nas exportações brasileiras e 10,9% nas importações. No entanto, a composição de suas exportações evidenciou a predominância de produtos primários, como a soja (24,6%) e o petróleo (15,2%), que juntos corresponderam a quase 40% das exportações da região em 2024, evidenciando um padrão de inserção internacional baseado em produtos básicos.

Quanto à participação por estado do Nordeste na Balança Comercial brasileira no ano de 2024, a Tabela 2 evidencia a existência de assimetrias estruturais. A Bahia ocupa posição de destaque, como o principal estado exportador, mantendo um superávit estável durante o período de 2020 a 2025, o que indica maior maturidade no comércio internacional em relação aos demais estados. No caso de Pernambuco, observa-se relativa dependência estrutural de importações, com déficits crescentes, apesar da expansão das exportações nos períodos analisados. Em seguida, o Maranhão apresentou uma melhora relevante em seu saldo comercial, passando a ter um saldo superavitário no período de 2023 a 2025.

Tabela 2 – Nordeste: exportações, importações e saldo comercial, 2020-2025 (US\$ FOB)

	US\$ FOB (em bilhões)					
	Exportações totais		Importações totais		Saldo comercial	
Estados	2020-2022	2023-2025	2020-2022	2023-2025	2020-2022	2023-2025
Bahia	31,71	34,28	24,38	27,59	+ 6,92	+ 6,69
Pernambuco	6,18	7,29	18,87	22,12	- 12,69	- 14,82
Maranhão	13,48	15,25	13,67	12,85	- 0,19	+ 2,40
Ceará	6,93	6,54	11,19	9,21	- 4,26	- 2,67
Paraíba	0,42	0,73	2,17	3,63	- 1,75	- 2,90
Alagoas	1,45	2,65	2,23	3,12	- 0,78	- 0,49
R. G. Norte	1,59	3,34	0,95	1,88	+ 0,64	+ 1,45
Piauí	3,10	4,05	1,07	1,21	+ 2,03	+ 2,84
Sergipe	0,25	1,22	0,67	0,11	- 0,42	+ 1,11

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Já os estados do Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe, apresentaram no segundo período (2023 a 2025) um aumento consistente nas exportações, em detrimento das

importações, o que pode indicar uma dinâmica mais favorável. Em contraste, o Ceará, Paraíba e Alagoas se mantiveram em déficit comercial.

Comparativamente, têm-se que, no mesmo período, a balança comercial brasileira apresentou sucessivos superávits, refletindo a predominância das exportações sobre as importações. Em 2020, o saldo comercial foi de US\$ 50,9 bilhões, elevando-se para US\$ 61,0 bilhões em 2021 e mantendo estabilidade em 2022, com US\$ 61,8 bilhões. Já em 2023, o Brasil registrou o maior superávit de sua série histórica, alcançando US\$ 98,8 bilhões, impulsionado pelo desempenho das exportações. Nos dois anos seguintes, embora o saldo comercial tenha recuado para US\$ 74,6 bilhões em 2024 e US\$ 68,3 bilhões em 2025, o país permaneceu superavitário, resultado do crescimento das exportações, especialmente de produtos agropecuários e da indústria extrativa. Assim, esse desempenho evidencia a manutenção de uma posição favorável na balança comercial brasileira. (Siscomex, 2022; FGV, 2022, 2023, 2024, 2025; IPEA, 2026)

Sob esse contexto, é possível observar que esse comportamento não se reproduz de forma homogênea entre as regiões e os estados brasileiros. No caso do Nordeste, observa-se que a participação nas exportações e importações brasileiras apresenta resultados distintos entre os estados que compõem a Região, refletindo diferenças de estruturas produtivas, níveis de industrialização e graus de competitividade.

Em suma, a Região Nordeste apresenta uma inserção internacional marcada por assimetrias internas. Esses resultados se alinham às explicações de Frank (1973) e Cano (1998) para as assimetrias de formação da estrutura produtiva, como também guardam relação com as críticas de Prebisch (1949) e Singer (1950), ao indicar que a simples ampliação do fluxo comercial não é suficiente para promover o desenvolvimento, uma vez que existe na Região Nordeste uma especialização produtiva de baixo conteúdo tecnológico e desigualdades estruturais que minam a autonomia econômica regional. Desse modo, o presente estudo reforça a necessidade de compreender não apenas o desempenho do comércio internacional nordestino, mas, sobretudo, sua composição e seu potencial de contribuir para a transformação da estrutura produtiva regional.

4.3 Padrão do comércio nordestino sob a perspectiva cepalina

Diante das tendências observadas na subseção anterior, sobre o panorama econômico e comercial do Nordeste, é válido considerar de forma mais abrangente como elas se apresentam no período de 2020 a 2025 em termos de composição da pauta comercial e

parceiros comerciais principais. Nesse sentido, espera-se observar como os padrões visualizados se expressam nos fluxos comerciais na Região Nordeste, considerando a natureza das trocas, a heterogeneidade entre os estados e a evolução ao longo do período observado. Considera-se que essa análise permite expandir a compreensão de elementos que caracterizam a inserção comercial da Região à luz da Teoria Cepalina.

● Exportações

No que se refere às exportações nordestinas no período de 2020 a 2025, observou-se, a partir da Tabela 3, o protagonismo da China, totalizando US\$ FOB 32,03 bilhões e 70,14 bilhões de quilogramas líquidos (kg líq.). Em importância, a China foi seguida dos Estados Unidos (US\$ FOB 17,42 bilhões); Canadá (US\$ FOB 11,41 bilhões; Singapura (US\$ FOB 11,28 bilhões); Argentina (US\$ FOB 7,49 bilhões). Chama a atenção a relevância da Argentina como destino de produtos de mais alto valor agregado: observa-se US\$ FOB 1,65/Kg líq. contra US\$ FOB 0,46/Kg líq. no caso da China, por exemplo.

Tabela 3 – Exportações nordestinas totais, principais destinos - 2020-2025 (US\$ FOB e Kg líq. em bilhões)

País	US\$ FOB	Kg líq.	US\$ FOB/Kg líq.
China	32,03	70,14	0,46
EUA	17,42	25,51	0,68
Canadá	11,41	16,53	0,69
Singapura	11,28	22,21	0,51
Argentina	7,49	4,53	1,65

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Constata-se, portanto, uma forte concentração dos fluxos de exportação nordestina na China em valores monetários. Esse fenômeno revela certa fragilidade, uma vez que parte expressiva das exportações é ocupada por um número reduzido de parceiros comerciais, tornando a Região vulnerável a oscilações na demanda e mudanças no cenário internacional. Para além disso, observa-se, uma elevada participação em termos de quilograma líquido, resultado da predominância de produtos de baixo valor agregado e elevado volume físico.

Tal comportamento é compatível com a estrutura da pauta exportadora nordestina, fortemente concentrada em *commodities* e bens primários, na qual o aumento do volume exportado não implica, necessariamente, maior geração de valor econômico. Esse padrão evidencia uma inserção internacional baseada na especialização produtiva, com capacidade limitada de agregação de valor. Portanto, embora a demanda chinesa tenha impulsionado as exportações nordestinas no período, sua presença expressiva não representa, necessariamente, uma condição que pode levar a uma transformação estrutural.

Ainda sobre os principais destinos das exportações nordestinas, a Tabela 4 mostra a participação anual por principais parceiros comerciais. Chama a atenção o movimento de retração da participação total a partir de 2021 dos cinco maiores parceiros comerciais, coincidindo com os efeitos da pandemia da Covid-19, que levou ao aumento de barreiras fitossanitárias e gerou desacelerações em nível mundial (FGV, 2022; Brasil, 2023). Mesmo assim, observa-se uma tendência de recuperação do comércio com a China e o Canadá a partir de 2023, refletindo os efeitos das ações mundiais de combate ao vírus.

Tabela 4 - Exportações nordestinas, participação dos principais destinos - 2020-2025 (%)

País	2020	2021	2022	2023	2024	2025
China	22,98	20,19	20,13	25,76	23,47	24,27
EUA	15,04	16,67	9,96	11,64	11,09	11,87
Canadá	7,53	6,72	6,69	7,11	9,31	5,02
Singapura	9,44	8,02	11,83	7,29	6,70	5,02
Argentina	5,42	4,97	5,28	4,64	5,21	6,47
Total	60,41	56,57	53,89	56,44	55,78	52,65

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Como destaca Freire (2020), a economia global sofreu desaceleração no período da pandemia e seus efeitos foram mais intensos em regiões com número reduzido de parceiros comerciais e menor diversificação na pauta produtiva. A queda de 8,4% das exportações nordestinas no primeiro semestre de 2020 evidenciou essa vulnerabilidade. Ademais, observa-se que, após o período de recuperação, essa condição se manteve, pois embora o fluxo comercial tenha aumentado, a centralização das exportações em poucos parceiros permaneceu.

No que tange à pauta de exportação para os principais países de destino da produção nordestina, predominam bens de baixo e médio valor agregado e de baixa a média intensidade tecnológica (Tabela 5).

Tabela 5 - Exportações nordestinas totais, principais produtos e classificação por fator agregado e intensidade tecnológica - 2020-2025 (US\$ FOB e Kg em bilhões)

Produto	US\$ FOB	Kg Líq.	Sector ISIC	Fator Agregado	Intensidade Tecnológica
Soja, mesmo triturada, exceto para semente NCM 1201.90.00	27,73	59,19	01-03 – Agric., pecuária, florestal e pesca	Básico	Baixa tecnologia
<i>Fuel oil</i> NCM 2710.19.22	15,51	27,88	19 – Refino de petróleo e biocombustíveis	Semiman.	Média-baixa tecnologia
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato NCM 4703.29.00	9,18	23,61	17 – Papel e celulose	Semiman.	Média-baixa tecnologia
Alumina calcinada NCM 2818.20.10	7,02	19,30	20 – Químicos	Semiman.	Média tecnologia
Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado NCM 7207.12.00	5,14	7,95	24 – Metalurgia básica	Semiman.	Média tecnologia
Bulhão dourado (bullion doré), em formas brutas NCM 7108.12.10	4,93	2,22	05-09 – Indústria extrativa	Semiman.	Média-baixa
Algodão não cardado nem penteado, simplesmente debulhado NCM 5201.00.20	4,51	3,24	01-03 – Agric., pecuária, florestal e pesca	Básico	Baixa tecnologia
Outros açúcares de cana NCM 1701.14.00	3,81	7,44	10-12 – Alim., bebidas e fumo	Semiman.	Média-baixa tecnologia
Milho em grão, exceto para semente NCM 1005.90.10	3,03	12,53	01-03 – Agric., pecuária, florestal e pesca	Básico	Baixa tecnologia
Bagaços e outros resíduos sólidos NCM 2304.00.90	2,74	6,28	10-12 – Alim., bebidas e fumo	Semiman.	Média-baixa tecnologia

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Nota: Classificação dos produtos por fator agregado segundo a ISIC Rev.4; por intensidade tecnológica, segundo a OCDE.

Sobre os principais produtos exportados por destino em 2020-2025, tem-se:

- China - soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (NCM 1201.90.00) - US\$ FOB 21,02 bilhões; pastas químicas de madeira (NCM 4703.29.00) - US\$ FOB 4,13 bilhões; algodão não cardado nem penteado (NCM 5201.00.20) - US\$ FOB 1,29 bilhões.
 - Nesse caso, se reforça o papel do Nordeste como um fornecedor de bens primários nas cadeias globais de valor, atendendo a demanda chinesa, principalmente;
- Estados Unidos - produtos semimanufaturados de ferro ou aço (NCM 7207.12.00) - US\$ FOB 2,88 bilhões; pastas químicas de madeira (NCM 4703.29.00) - US\$ FOB 1,39 bilhão; outros açúcares de cana (NCM 1701.14.00) - US\$ FOB 859,07 milhões.
 - Esse perfil evidencia que, embora parte das exportações destinadas aos Estados Unidos possuam maior grau de processamento, elas permanecem concentradas em bens intermediários, não alterando significativamente o padrão de especialização da pauta regional.
- Canadá - insumos industriais e de base mineral, como a alumina calcinada (NCM 2818.20.10) - US\$ FOB 5,04 bilhões; bulhão dourado (bullion doré), em formas brutas (NCM 7108.12.10) - US\$ FOB 3,13 bilhões; *Fuel oil* (NCM 2710.19.21) - US\$ FOB 1,07 bilhão;
- Singapura - produtos energéticos como o *Fuel oil* (NCM 2710.19.21) - US\$ FOB 9,70 bilhões; bulhão dourado (bullion doré), em formas brutas (NCM 7108.12.10) - US\$ FOB 928,37 milhões; óleos brutos de petróleo (NCM 2709.00.10) - US\$ FOB 206,75 milhões.
 - Em ambos os casos, se evidencia uma forte dependência regional na exportação de combustíveis e minerais, concentrando uma pauta cuja competitividade está fortemente associada a oscilações de preços em somente dois países;
- Argentina - automóveis com motor a explosão, de cilindrada superior a 1.500 cm³ e inferior ou igual a 3.000 cm³, com capacidade de até 6 passageiros (NCM 8703.23.10) - US\$ FOB 453,65 milhões; automóveis com motor a explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm³ e inferior ou igual a 1.500 cm³,

com capacidade de até 6 passageiros (NCM 8703.22.10) - US\$ FOB 436,30 milhões; alumina calcinada (NCM 2818.20.10) - US\$ FOB 394,42 milhões.

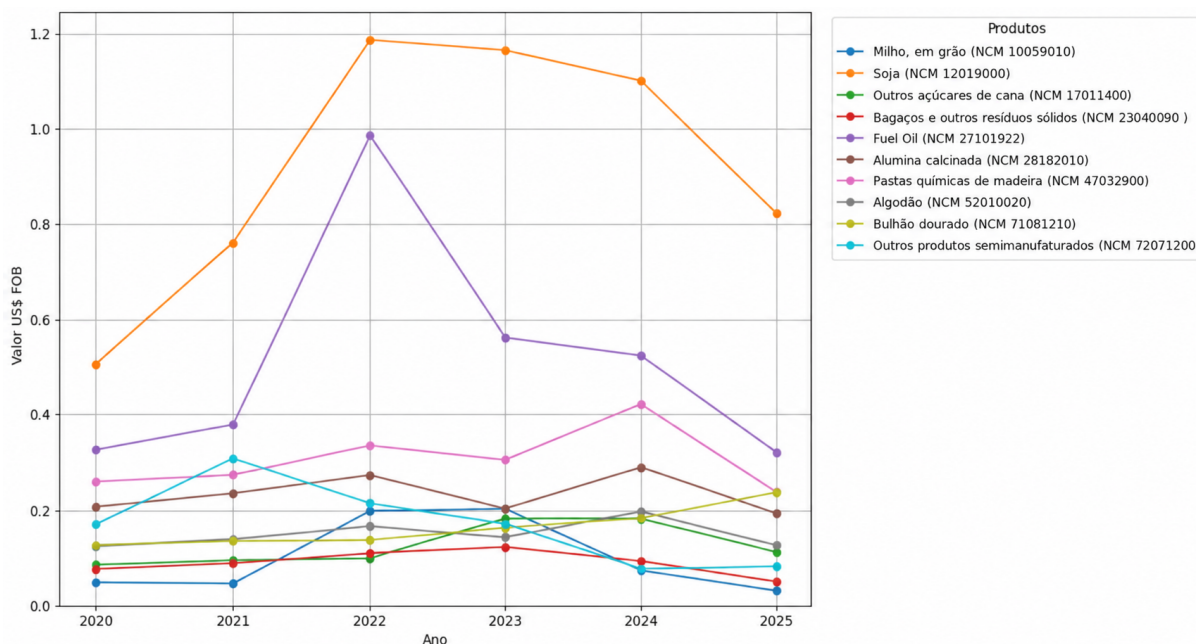
- Para esse país, há uma diferença importante devido à existência de bens de maior intensidade tecnológica. No entanto, não anula a tendência dos principais fluxos comerciais focados em produtos primários, energéticos e intermediários.

Por fim, considera-se que a Tabela 5 evidencia uma estrutura produtiva nordestina marcada pela predominância de bens de baixo valor agregado e menores níveis de industrialização, estando entre os produtos de maior relevância a soja (US\$ FOB 27,73 bilhões), o *fuel oil* (US\$ FOB 15,51 bilhões) e as pastas químicas de madeira (US\$ FOB 9,18 bilhões), seguidos por alumina, produtos semimanufaturados de ferro e aço, ouro bruto, algodão, açúcar, milho e resíduos da soja. Em outras palavras, na composição da pauta de exportação nordestina no período recente (2020-2025) tem-se predominância de *commodities* agrícolas, produtos energéticos e bens de valor agregado intermediário.

Já no que se refere à classificação dos produtos por intensidade tecnológica, há na pauta exportadora a predominância de bens de setores como agricultura, indústria extrativa, refino e processamento de insumos, ou seja, de baixa ou média baixa intensidade tecnológica, sendo escassos produtos de média tecnologia e completamente ausentes bens de alta intensidade tecnológica. Em outros termos, os dados revelam uma estrutura produtiva pouco diversificada e limitada no que tange à incorporação de progresso técnico, reforçando características de uma estrutura produtiva dependente que limita o avanço da complexidade econômica regional.

O Gráfico 4 permite identificar a evolução das exportações nordestinas dos dez principais produtos exportados em 2020-2025, dos quais oito se mantiveram relativamente estáveis no decorrer do período, com exceção da soja (NCM 1201.90.00) e do *fuel oil* (NCM 2710.19.22), os principais produtos da pauta. Após um pico no ano de 2022, as exportações desses bens caíram em decorrência da redução na demanda, ocasionada pela guerra da Ucrânia com a Rússia (BNB, 2022), tornando a reforçar a existência da vulnerabilidade econômica do Nordeste frente a alterações na conjuntura internacional.

Gráfico 4 - Evolução das exportações nordestinas, principais produtos - 2020-2025 (US\$ FOB bilhões)



Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Para além do exposto, passando a observar a Região Nordeste a nível interno, a Tabela 6 revela uma forte concentração espacial da produção para exportação. A Bahia responde por quase metade da atividade exportadora da Região, com 48,53% da participação total (US\$ FOB 7,84 bilhões). Em seguida, tem-se o Maranhão, com 20,87% da participação (US\$ FOB 3,37 bilhões). Em conjunto, esses dois estados representaram aproximadamente 69% das exportações nordestinas no período, indicando que o comércio internacional nordestino se concentra em poucos polos produtivos.

Tabela 6 - Exportações totais por estado nordestino em 2020-2025 (US\$ FOB, Kg líq. em bilhões e %) (continua)

UF	US\$ FOB	Kg líq.	Partic. (%)
Bahia	7,84	14,64	48.53
Maranhão	3,37	12,89	20.87
Ceará	1,85	3,58	11.47
Pernambuco	1,58	2,87	9.77
Piauí	0,58	1,61	3.61

Tabela 6 - Exportações totais por estado nordestino em 2020-2025 (US\$ FOB, Kg líq. em bilhões e %) (conclusão)

UF	US\$ FOB	Kg líq.	Partic. (%)
Alagoas	0,42	1,25	2.58
R. G. Norte	0,34	1,93	2.10
Paraíba	0,13	0,14	0.77
Sergipe	0,04	0,03	0.24

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Os demais estados apresentam participação significativamente inferior, com destaque para o Ceará (11,47%) e Pernambuco (9,77%), que embora tenham tido participação inferior em relação à Bahia e Maranhão, ainda ocupam um papel relevante na pauta exportadora regional. Em contrapartida, estados como Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe possuem participações bastante reduzidas.

Esses dados reforçam elementos expostos ainda na seção anterior, indicando que os benefícios gerados pela inserção do Nordeste no comércio internacional se distribuem de forma desigual internamente, se polarizando em regiões de maior capacidade produtiva e gerando desigualdades intrarregionais que minam o potencial de desenvolvimento da maior parte dos estados que compõem a Região.

Em consonância, a Tabela 7 mostra a variação anual da participação dos estados do Nordeste e reforça a manutenção da concentração espacial, mesmo com variações no período. A Bahia se manteve como principal estado exportador em todos os anos entre 2020 e 2025, tendo seu pico em 2022 (50,20%), seguido de uma leve desaceleração nos anos seguintes. Já o Maranhão teve seu ápice em 2024 (22,24%), com queda expressiva em 2025 (16,51%). Assim, verifica-se que, as assimetrias internas são uma característica estrutural da economia Nordestina, visto que, apesar das oscilações anuais, não houve alterações significativas na hierarquia dos principais estados exportadores no período mais recente.

Tabela 7 - Exportações por estado nordestino, participação anual - 2020-2025 (%) (continua)

País	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Bahia	48,54	46,85	50,20	45,45	47,28	43,83
Maranhão	20,88	20,61	20,69	22,01	22,24	16,51

Tabela 7 - Exportações por estado nordestino, participação anual - 2020-2025 (%)
(conclusão)

País	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Ceará	11,48	12,90	8,44	8,17	5,83	12,03
Pernambuco	9,78	9,95	8,97	8,58	8,63	11,81
Piauí	3,62	4,04	5,96	6,74	5,56	3,82
Alagoas	2,59	2,09	2,12	3,79	3,58	3,08
R. G. Norte	2,11	2,43	2,66	3,14	4,54	5,61
Paraíba	0,78	0,69	0,54	0,77	0,66	1,49
Sergipe	0,24	0,43	0,43	1,35	1,68	1,82
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Em seguida, os demais estados, de participação inferior, apresentaram maior volatilidade no período, em especial o Ceará, que teve oscilações relevantes e queda expressiva em 2024. Já estados como o Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte têm crescido pontualmente. Ainda assim, as variações não modificaram os padrões de concentração, de maneira que Paraíba e Sergipe permaneceram com participação reduzida ao longo de todo o período, indicando que a expansão das exportações do Nordeste ocorre, predominantemente, pelo fortalecimento de estados que já atuam com maior vigor na atividade exportadora, havendo baixa incorporação de novos polos dinâmicos no comércio exterior da região.

Quanto à composição da pauta exportadora de cada estado no período, em consonância com o perfil industrial de cada região brasileira divulgado pelo Banco Nacional do Nordeste (BNB) (2019), há, no Maranhão e Piauí, uma forte especialização em *commodities* agrícolas e minerais, com predominância da soja (NCM 1201.90.00), da alumina calcinada (NCM 2818.20.10), das pastas químicas de madeira (NCM 4703.29.00) e do milho em grão (NCM 1005.90.10), refletindo uma estrutura produtiva fortemente baseada no agronegócio, na mineração e na indústria de base florestal. De maneira semelhante, Paraíba e Alagoas concentram suas exportações em produtos agroindustriais de baixa complexidade, originários da agroindústria sucroalcooleira, indústria de alimentos e bebidas, e outras da indústria de transformação tradicional em suas economias.

Sergipe, por sua vez, possui pauta fortemente vinculada ao setor energético, sustentada pela exploração de petróleo e gás natural, com destaque para o petróleo bruto (NCM 2709.00.10) e o gás natural (NCM 2711.11.00), além do suco de laranja (NCM 2009.11.00), associado à produção agroindustrial. Em contraste, Pernambuco apresenta uma pauta relativamente mais diversificada, com participação de automóveis, produtos químicos e derivados de petróleo, refletindo uma estrutura produtiva mais complexa, apoiada no Complexo Industrial e Portuário de Suape, no polo automotivo e na indústria química. Assim, essas divergências mostram que a distribuição das exportações entre os estados faz jus às suas especializações produtivas, alterando suas demandas pelo consumo e uso de bens importados.

Em suma, ao observar os resultados referentes às exportações do Nordeste no período 2020-2025, se evidenciam uma série de tendências alinhadas aos pressupostos da Teoria Cepalina. Dessa maneira, se destaca a inserção no mercado internacional marcada pela especialização em produtos primários, *commodities* agrícolas, bens energéticos e intermediários de intensidade tecnológica predominantemente baixa ou média baixa. Essa configuração evidencia aspectos trazidos por Prebisch (1949), ao defender que a exploração de recursos naturais e o fornecimento de insumos para os países centrais são algumas das principais características encontradas em economias periféricas.

Além disso, a existência de assimetrias na pauta exportadora a nível intrarregional, retoma aos aspectos regionais abordados na seção anterior à luz de Frank (1973), de maneira que se replica a existência de polos regionais, onde Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco atuam como os principais exportadores da Região, indicando capacidade de produção muito superior aos demais estados, além de maior maturidade industrial.

Ademais, a concentração da pauta exportadora em poucos parceiros comerciais indica que os benefícios associados à inserção externa permanecem distribuídos de forma desigual, uma vez que a expansão quantitativa das exportações no período não foi acompanhada por uma transformação qualitativa da estrutura produtiva regional, mantendo características associadas à dependência e à baixa diversificação econômica.

● Importações

No que tange aos fluxos de importação da Região Nordeste no período de 2020 a 2025, se observa, conforme a Tabela 8, o protagonismo dos Estados Unidos, sendo o principal país de origem das importações nordestinas, com US\$ FOB 43,38 bilhões e 75,96 bilhões de quilogramas líquidos. Em segundo lugar, tem-se a China, que apesar de números inferiores

possui uma tendência semelhante, com US\$ FOB 26,62 bilhões, seguida da Argentina (US\$ FOB 8,27 bilhões), Rússia (US\$ FOB 8,04 bilhões) e Espanha (US\$ FOB 5,38 bilhões).

Esses dados evidenciam elementos importantes, como a concentração significativa das importações nordestinas em poucos parceiros comerciais, em especial nos Estados Unidos e na China, que correspondem à maior parcela do valor importado pela Região. Assim, esse comportamento pode indicar possíveis fragilidades diante de oscilações importantes de oferta no comércio internacional.

Para além disso, identifica-se que a China apresenta uma relação distinta entre o valor monetário e o peso das mercadorias na comparação com os demais principais parceiros, revelando uma diferença importante de tipo de mercadorias importadas: US\$ 1,58/Kg líq contra US\$ 0,44/Kg líq no caso da Rússia, por exemplo. Desse modo, os dados sugerem uma divisão funcional entre os parceiros comerciais, na qual a China assume papel mais relevante no fornecimento de bens de maior valor econômico, enquanto os demais parceiros concentram o fornecimento de produtos de menor valor monetário por Kg, porém essenciais ao abastecimento regional.

Tabela 8 - Importações nordestinas totais, principais parceiros - 2020-2025 (US\$ FOB e Kg líq. em bilhões)

País	US\$ FOB	Kg líq.	US\$ FOB/Kg líq.
Estados Unidos	43,38	75,96	0,57
China	26,62	16,89	1,58
Argentina	8,27	15,97	0,52
Rússia	8,04	18,39	0,44
Espanha	5,38	7,29	0,74

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

A Tabela 9, sobre a participação anual dos principais países fornecedores do Nordeste, mostra a manutenção da predominância dos Estados Unidos e da China na pauta importadora regional. Observa-se que os Estados Unidos apresentam uma trajetória de relativa estabilidade no período 2020-2025, apesar da queda acentuada no ano de 2023, reflexo da desaceleração na importação de um de seus principais produtos, o gás natural, que sofreu com queda de 88,9% nas importações totais (BNB, 2023). Ademais, tiveram seu pico de participação no ano de 2022, quando atingiram a parcela de 34,99%.

Tabela 9 - Importações nordestinas, participação dos principais parceiros - 2020-2025 (%)

País	2020	2021	2022	2023	2024	2025
EUA	28,20	31,31	34,99	19,84	21,17	28,09
China	15,37	14,99	14,17	17,87	19,42	19,09
Argentina	9,26	5,40	4,72	4,49	4,25	5,22
Rússia	2,72	2,50	3,22	8,05	7,53	5,70
Espanha	4,01	4,07	2,61	4,54	3,22	2,54
Total	59,56	58,27	59,71	54,79	55,59	60,64

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Em seguida, a China também assume papel relevante, embora com participação reduzida em comparação com os Estados Unidos, tendo seu pico em 2024, com parcela de 19,42%. Assim, durante todo o período ambos os países foram predominantes, chegando a atingir em conjunto 49,16% das participações totais no ano de 2022. Essa configuração indica uma margem reduzida de diversificação das fontes que exportam para a Região, tornando a economia nordestina dependente de poucos parceiros e vulnerável a oscilações no mercado internacional que comprometam sua capacidade de satisfazer essa demanda.

No que tange à pauta de importação originária dos principais países de origem, observa-se a predominância de bens energéticos, insumos industriais e produtos de maior intensidade tecnológica em comparação com a pauta exportadora.

Como a Tabela 10 permite visualizar, a pauta é fortemente concentrada em bens básicos e semimanufaturados, associados aos setores de refino de petróleo, indústria extrativa e insumos químicos. Para além disso, são predominantes produtos classificados como de média-baixa tecnologia, também com casos de média-alta tecnologia.

Ou seja, os dados revelam uma estrutura importadora majoritariamente voltada à aquisição de insumos estratégicos, fontes de energia e equipamentos necessários ao funcionamento da economia regional, indicando que parcela significativa da atividade produtiva nordestina depende de abastecimento externo.

Tabela 10 - Importações nordestinas totais, principais produtos e classificação por fator agregado e intensidade tecnológica - 2020-2025 (US\$ FOB e Kg em bilhões)

Produto	US\$ FOB	Kg Líq.	Setor ISIC	Fator Agregado	Intensidade Tecnológica
Gasóleo (óleo diesel) NCM 2710.19.21	19,60	27,67	19 – Refino de petróleo e biocombustíveis	Semiman.	Média-baixa tecnologia
Naftas para petroquímica NCM 2710.12.41	9,55	14,58	19 – Refino de petróleo e biocombustíveis	Semiman.	Média-baixa tecnologia
Óleos brutos de petróleo NCM 2709.00.10	8,85	14,28	05-09 – Indústria extrativa	Básico	Média-baixa tecnologia
Outras gasolinas, exceto para aviação NCM 2710.12.59	6,91	10,00	19 – Refino de petróleo e biocombustíveis	Semiman.	Média-baixa tecnologia
Gás natural liquefeito NCM 2711.11.00	5,44	8,26	05-09 – Indústria extrativa	Básico	Média-baixa tecnologia
Outros trigos e misturas de trigo com centeio NCM 1001.99.00	4,60	15,48	01-03 – Agricultura, pecuária, florestal e pesca	Básico	Baixa tecnologia
Outros cloretos de potássio NCM 3104.20.90	3,50	8,59	20 – Químicos	Básico	Média-alta tecnologia
Hulha betuminosa, não aglomerada NCM 2701.12.00	3,09	19,65	05-09 – Indústria extrativa	Básico	Média-baixa tecnologia
Outros propanos liquefeitos NCM 2711.12.90	3,00	7,59	19 – Refino de petróleo e biocombustíveis	Básico	Média-baixa tecnologia
Células fotovoltaicas montadas em módulos ou painéis NCM 8541.43.00	2,61	1,44	27 – Máquinas e equipamentos elétricos	Manufatur.	Média-alta tecnologia

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Nota: Classificação dos produtos baseado no fator agregado na ISIC Rev.4 e na taxonomia de intensidade tecnológica da OCDE.

Sobre os principais produtos importados por país de origem em 2020-2025, tem-se:

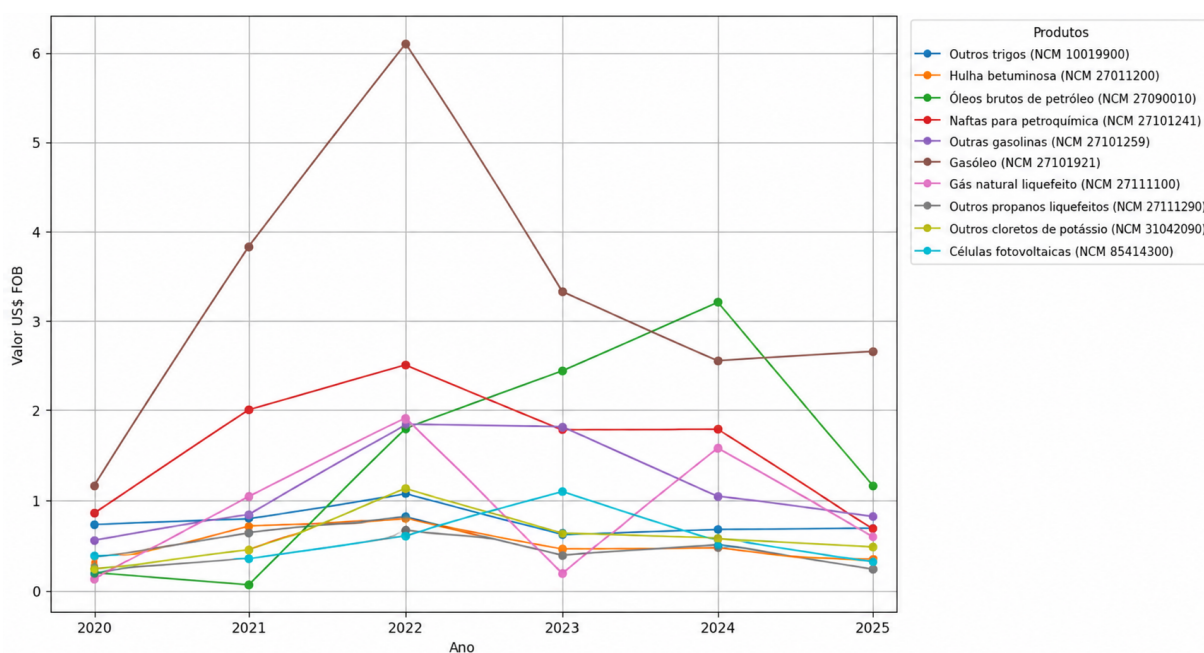
- Estados Unidos - gasóleo (óleo diesel) (NCM 2710.19.21) - US\$ FOB 10,77 bilhões; naftas para petroquímica (NCM 2710.12.41) - US\$ FOB 5,55 bilhões; gás natural liquefeito (NCM 2711.11.00) - US\$ FOB 4,74 bilhões.

- Sendo assim, observa-se a relevância desse parceiro como fornecedor de combustíveis e derivados de petróleo, o que demonstra que parte relevante da atividade econômica nordestina depende do abastecimento energético externo desses produtos.
- China – fornecedora, majoritariamente, de bens industriais e tecnológicos, com destaque para células fotovoltaicas montadas em módulos ou painéis (NCM 8541.43.00) - US\$ FOB 2,30 bilhões; células solares em módulos ou painéis (NCM 8541.42.00) - US\$ FOB 1,02 bilhão; redutores, multiplicadores e caixas de transmissão (NCM 8483.40.10) - US\$ FOB 789,54 milhões.
 - Nesse caso, a China atua como uma fornecedora de equipamentos e componentes industriais, especialmente associada aos setores de energia e de bens de capital, indicando que a modernização de determinados segmentos também depende da aquisição de tecnologias produzidas externamente.
- Argentina - destacam-se produtos agrícolas e bens industriais, como trigo (NCM 1001.99.00) - US\$ FOB 2,65 bilhões; veículos automóveis para transporte de carga (NCM 8704.21.90) - US\$ FOB 1,15 bilhão; automóveis com motor diesel (NCM 8703.32.10) - US\$ FOB 542,15 milhões.
 - Assim, se evidencia uma pauta mais diversificada quando comparada aos demais parceiros, abrangendo o setor de alimentos e transportes.
- Rússia - predominam produtos energéticos e insumos agrícolas, sendo os principais o gasóleo (óleo diesel) (NCM 2710.19.21) - US\$ FOB 1,66 bilhão; cloretos de potássio (NCM 3104.20.90) - US\$ FOB 1,27 bilhão; fosfato monoamônico (NCM 3105.40.00) - US\$ FOB 949,25 milhões.
- Espanha - destacam-se produtos energéticos, como as naftas para petroquímica (NCM 2710.12.41) - US\$ FOB 1,96 bilhão; outras gasolinas (NCM 2710.12.59) - US\$ FOB 353,60 milhões; outros querosenes (NCM 2710.19.19) - US\$ FOB 318,18 milhões.
 - Em ambos os casos, são relevantes os produtos energéticos e insumos essenciais ao funcionamento da atividade econômica, reforçando a dependência da estrutura produtiva regional dessas importações.

O Gráfico 5 mostra a evolução das importações do Nordeste para os dez principais produtos importados no período 2020-2025. Assim, destacam-se o gasóleo (NCM 2710.19.21), o principal produto da pauta, e os óleos brutos de petróleo (NCM 2709.00.10).

Para além disso, uma análise realizada pelo BNB (2023) a respeito dos aspectos macroeconômicos do Nordeste ajuda a compreender as variadas oscilações percebidas em parte do período. Para todos os produtos, o menor valor observado é o do ano de 2020, refletindo os impactos da pandemia da Covid-19 que afetou o comércio internacional. As medidas implantadas na tentativa de controlar os efeitos da pandemia auxiliaram na retomada das atividades econômicas a partir de 2021. Em contrapartida, as oscilações visualizadas nas importações estão atreladas aos ritmos das atividades nacionais e globais, como variações no câmbio e preços de *commodities*.

Gráfico 5 - Evolução das importações nordestinas, principais produtos - 2020-2025 (US\$ FOB bilhões)



Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Voltando-se à análise da Região Nordeste, a Tabela 11, com o *ranking* dos estados nas importações nordestinas no período 2020-2025, revela uma forte concentração espacial. A Bahia ocupa a primeira posição, concentrando 32,91% da participação total, com US\$ FOB 51,97 bilhões e 14,64 bilhões de quilogramas líquidos. Em seguida, destaca-se Pernambuco, com 25,96% de participação (US\$ FOB 40,99 bilhões). Em conjunto, esses estados respondem por mais da metade das importações nordestinas (58,8%), refletindo uma maior

capacidade industrial e grande demanda por produtos que abasteçam suas atividades produtivas.

Tabela 11 – Importações totais por estado nordestino em 2020-2025 (US\$ FOB, kg líq. em bilhões e %)

UF	US\$ FOB	Kg líq.	Partic. (%)
Bahia	51,97	70,15	32,91
Pernambuco	40,99	44,98	25,96
Maranhão	26,51	51,37	16,79
Ceará	20,40	34,84	12,92
Paraíba	5,80	8,67	3,67
Alagoas	5,35	7,09	3,39
R. G. Norte	2,83	3,55	1,79
Piauí	2,28	1,99	1,44
Sergipe	1,77	4,10	1,12

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Maranhão (16,79%) e Ceará (12,92%) assumem as próximas posições, enquanto os demais estados apresentam participação bastante reduzida. Em consonância, a Tabela 12, que mostra a variação anual da participação dos estados nordestinos nas importações do período, reafirma a existência da concentração regional. A Bahia se manteve como principal estado importador, atingindo um pico em 2024 (37,18%) e Pernambuco manteve sua posição ao decorrer do período. Esses dois principais estados chegaram a responder, em conjunto, por 63,09% das importações nordestinas no ano de 2024.

Tabela 12 - Importações por estado nordestino, participação anual - 2020-2025 (%)
(continua)

País	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Bahia	32,00	31,9	32,93	31,67	37,18	30,92
Pernambuco	28,14	26,36	22,79	26,40	25,91	27,89
Maranhão	12,73	16,61	21,77	18,07	13,86	14,75

Tabela 12 - Importações por estado nordestino, participação anual - 2020-2025 (%)
(conclusão)

Ceará	15,54	15,37	14,23	11,76	10,55	11,11
Paraíba	3,25	2,52	2,99	4,00	5,06	4,07
Alagoas	4,28	3,07	2,30	2,65	3,02	5,65
R. G. Norte	1,16	1,33	1,26	2,56	2,07	2,19
Piauí	1,93	2,07	0,72	1,99	0,97	1,47
Sergipe	0,97	0,68	1,01	0,90	1,39	1,67
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Quanto à pauta de importações de cada estado no período, também considerando-se os dados do perfil industrial de cada região divulgados pelo BNB (2019), observa-se que a Bahia apresenta forte participação de petróleo bruto (NCM 2709.00.10), gás natural (NCM 2711.11.00), *fuel oil* (NCM 2710.19.22), soja (NCM 1201.90.00) e pastas químicas de madeira (NCM 4703.29.00), compatível com sua estrutura produtiva baseada na indústria petroquímica, no refino de petróleo e na agroindústria. Em seguida, o Maranhão concentra importações de soja (NCM 1201.90.00), alumina calcinada (NCM 2818.20.10) e pastas químicas de madeira (NCM 4703.29.00), em consonância com sua produção voltada ao agronegócio, à mineração e à indústria de base florestal.

Já Ceará e Pernambuco evidenciam uma pauta mais diversificada, reunindo produtos industriais, automóveis, produtos químicos e combustíveis, refletindo a maior complexidade de seus parques industriais. O Piauí concentra sua pauta principalmente na soja (NCM 1201.90.00) e no milho em grão (NCM 1005.90.10), associados à expansão do agronegócio, enquanto Alagoas e Paraíba apresentam predominância de produtos agroindustriais de menor complexidade, coerente com a especialização de suas agroindústrias tradicionais. Por sua vez, o Rio Grande do Norte combina produtos energéticos e agropecuários, especialmente frutas, refletindo a importância das atividades petrolíferas e da fruticultura irrigada, ao passo que Sergipe concentra petróleo bruto (NCM 2709.00.10) e gás natural (NCM 2711.11.00), em consonância com sua especialização no setor de petróleo e gás. Essas divergências mostram que a distribuição das importações entre os estados faz jus a suas especializações produtivas, alterando suas demandas pelo consumo de bens importados.

Em suma, as Tabelas 11 e 12 evidenciam que a pauta importadora nordestina reproduz importantes desigualdades a nível intrarregional. Nesse contexto, a Bahia e Pernambuco se caracterizam como centros regionais estratégicos, respondendo pela maior parte da pauta importadora, e, portanto, obtendo maior acesso a insumos produtivos e energéticos. Enquanto isso, para os demais estados, os dados sugerem existência de uma estrutura produtiva menos diversificada, limitando sua demanda pelos principais bens importados entre 2020 e 2025.

Assim sendo, os resultados referentes às importações do Nordeste sugerem que a região está inserida de forma dependente na divisão internacional do trabalho abordada pela Teoria Cepalina e discutida por Nassif (2021). Constata-se uma concentração das importações em poucos parceiros comerciais (principalmente, China e EUA) e predominância de bens estratégicos de intensidade tecnológica média-baixa.

Esses elementos evidenciam na região uma incapacidade de suprir essas demandas de maneira independente, precisando recorrer à importação para suprir a necessidade por bens que possibilitam o funcionamento da sua estrutura produtiva regional. Essa configuração se alinha à tese defendida por Prebisch (1951), argumentando que economias periféricas apresentam a tendência de depender da importação de bens estratégicos produzidos por centros industriais, limitando sua autonomia produtiva e perpetuando um desequilíbrio externo.

Ainda, e retomando a percepção de Frank (1973) e Campos (2017), dado o processo de industrialização tardia típico de economias periféricas, a Região Nordeste se desenvolveu de maneira desigual sob a lógica de demanda externa, gerando atrasos e assimetrias no seu desenvolvimento a nível intrarregional. Como consequência, apenas a menor parte dos estados do Nordeste absorve em grande escala os bens da pauta importadora, com destaque para a Bahia, Pernambuco e Maranhão, que devido a sua estrutura produtiva possuem maior demanda de bens energéticos, insumos e equipamentos. Dessa maneira, a pauta importadora regional evidencia que, apesar das relações comerciais serem indispensáveis para a manutenção do Nordeste, esses fluxos se dão diante de estruturas desiguais que perpetuam a dependência da região a nível externo e interno, de forma prevista pela CEPAL.

4.3.1 A pauta comercial nordestina sob a perspectiva centro-periférica da CEPAL

A Tabela 13 constitui um instrumento para compreender a aplicabilidade da Teoria Cepalina. Apresenta os principais parceiros comerciais da região, os principais produtos exportados e importados e a respectiva classificação tecnológica.

Tabela 13 – Comércio internacional nordestino com parceiros selecionados – total em 2020-2025 (US\$ FOB em bilhões)

Parceiros principais	Produtos principais, total em 2020-2025					
	Exportações			Importações		
	Produto	Intensidade tecnológica	US\$	Produto	Intensidade tecnológica	US\$
Estados Unidos	Produtos semiman. de ferro ou aço	Média tecnologia	2,88	Gasóleo	Média-baixa tecnologia	4,74
China	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	Baixa tecnologia	21,02	Células fotovoltaicas montadas em módulos ou painéis	Média-alta tecnologia	2,30
Argentina	Automóveis com motor a explosão	Alta tecnologia	0,436	Trigo	Baixa tecnologia	2,65
Rússia	Café não torrado, não descafein., em grão	Baixa tecnologia	0,034	Gasóleo (óleo diesel)	Média-baixa tecnologia	1,66
Espanha	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	Baixa tecnologia	1,66	Naftas para petroquímica	Média-baixa tecnologia	1,96
Canadá	Alumina calcinada	Média tecnologia	5,04	Outros cloretos de potássio	Média-alta tecnologia	0,834
Singapura	<i>Fuel oil</i>	Média-baixa tecnologia	9,70	P-xileno	Média-baixa tecnologia	0,077

Fonte: ComexStat/MDIC (2026). Elaboração própria.

Nota: Classificação de intensidade tecnológica segundo a OCDE.

Pela Tabela 13, observa-se um padrão recorrente na atividade comercial do Nordeste: as exportações concentram-se, predominantemente, em produtos primários, semimanufaturados e bens intermediários de baixa ou média intensidade tecnológica, enquanto as importações são compostas, em sua maioria, por combustíveis, fertilizantes, insumos industriais e bens de maior intensidade tecnológica.

Destarte, destacam-se as relações comerciais estabelecidas com a China e a Espanha, cujas importações provenientes do Nordeste concentram-se na soja, bem de baixa intensidade tecnológica, enquanto fornecem células fotovoltaicas e derivados petroquímicos, de média-alta e média-baixa tecnologia, respectivamente.

Seguindo uma lógica semelhante, a Rússia importa majoritariamente o café não torrado, de baixa tecnologia, e exporta o gásóleo, de média-baixa tecnologia. Da mesma maneira, o Canadá importa como principal produto a alumina calcinada, de média tecnologia, e exporta ao Nordeste outros cloretos de potássio, de média alta tecnologia.

Por sua vez, os Estados Unidos são o destino dos produtos semimanufaturados de ferro ou aço, enquanto fornecem gásóleo, classificados como itens de média e média-baixa tecnologia, respectivamente. Nesse contexto, essa relação comercial pode indicar a existência de assimetrias na pauta produtiva, haja vista o maior investimento necessário para a produção de gásóleo, que possui etapas de maior custo e complexidade, relacionadas à necessidade de refino do produto.

Em contraste, a Argentina apresenta uma tendência alternativa, importando automóveis, de alta tecnologia, e exportando ao Nordeste o trigo, de baixa tecnologia. Assim, a relação comercial se mostra mais favorável para a Região Nordeste. Por fim, há equidade na classificação tecnológica das trocas comerciais com Singapura, sendo o principal produto exportado pelo Nordeste o *Fuel Oil*, enquanto importa o P-xileno, ambos de média-baixa-tecnologia.

Assim, a análise por parceiro comercial ajuda a identificar a existência de fatores favoráveis, desfavoráveis ou neutros presentes nas relações comerciais do Nordeste com seus principais parceiros. Para além disso, observa-se que, ainda que haja determinado nível de industrialização em segmentos específicos, isso não representa necessariamente maior sofisticação produtiva, a exemplo dos produtos de média intensidade tecnológica, que podem não incorporar atividades intensivas em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Dessa maneira, ainda que se observe certo grau de industrialização, a inserção internacional nordestina continua fortemente associada à oferta de bens de reduzido valor agregado quando comparados aos produtos importados.

Convém, ainda, destacar que os dados monetários apresentados na Tabela 13 devem ser interpretados com cautela. Embora o conjunto dos principais produtos exportados pelo Nordeste possua valor superior ao dos principais produtos importados, essa diferença não indica, necessariamente, uma posição mais favorável da Região no comércio internacional. Isso porque a tabela contempla apenas os principais produtos comercializados pelos principais países parceiros, enquanto a pauta de importações é significativamente mais diversificada.

Além disso, é relevante distinguir a análise da Região Nordeste em seu conjunto da realizada para os estados de maneira individual. Uma vez que, enquanto o Nordeste pode apresentar superávit comercial em determinadas relações comerciais, os estados nordestinos possuem desempenhos distintos, conforme demonstrado em seções anteriores deste trabalho. Portanto, a interpretação dos resultados prioriza a composição tecnológica da pauta comercial ao compreender que, sob a perspectiva cepalina, o padrão de inserção internacional depende, sobretudo, do conteúdo tecnológico dos bens comercializados e da capacidade de incorporação do progresso técnico.

Uma vez esclarecidas as tendências que configuram a relação comercial entre o Nordeste e seus principais parceiros, torna-se necessário avaliar em que medida a perspectiva centro-periferia formulada pela CEPAL se aplica. Nesse sentido, retoma-se a concepção desenvolvida por Prebisch (1949) e Singer (1950), a partir da qual as relações comerciais no sistema internacional se dariam pelas trocas desiguais entre economias centrais – detentoras de maior progresso técnico, sendo mais favorecidas nos fluxos comerciais internacionais – e economias periféricas – de baixa capacidade de absorção do progresso técnico e, por consequência, tendo baixa capacidade de aproveitamento dos benefícios do comércio internacional. Sob essa perspectiva, as assimetrias na intensidade tecnológica da pauta comercial do Nordeste, indicam que a região ocupa, no comércio internacional, a posição de uma região periférica, reflexo de seu desenvolvimento tardio e dependente, enquanto parceiros comerciais como Canadá, China, Rússia e Espanha, ocupam a posição de centro, fornecendo produtos de maior tecnologia.

Outrossim, é possível observar padrões que revelam características da divisão internacional do trabalho entre centro e periferia, discutida por Prebisch (1949). Conforme os dados avaliados, o Nordeste se insere de forma predominante como um fornecedor de *commodities*, produtos agropecuários, minerais e bens intermediários, enquanto supre, por meio da importação, sua demanda por insumos estratégicos necessários para a manutenção de sua economia, caracterizando uma relação de dependência desvantajosa. Assim, tais desvantagens se expressam de maneiras variadas, a saber: pela dependência ao abastecimento

externo, que torna a região mais vulnerável a oscilações e variações de preços; a especialização em produtos de menor complexidade, que limitam o desenvolvimento de setores mais inovadores e reduzem as possibilidades de ampliação da complexidade econômica; a deterioração dos termos de troca, visto que os bens predominantes na exportação nordestina possuem menor tendência a valorização e modernização em comparação aos bens importados.

Em conclusão, a análise da pauta comercial nordestina à luz da Teoria Cepalina permite compreender a reprodução de relações centro-periferia entre o Nordeste e alguns de seus principais parceiros comerciais. Dessa maneira, verifica-se na pauta exportada pela Região, a predominância de produtos de menor intensidade tecnológica, enquanto as importações se concentram em bens estratégicos de maior complexidade tecnológica.

Essa tendência evidencia a necessidade de fortalecer os setores cuja participação na pauta comercial nordestina ainda é reduzida, especialmente aqueles voltados à produção de bens de média-alta e alta intensidade tecnológica. Embora sejam identificados alguns produtos de maior sofisticação tecnológica, como células fotovoltaicas, outros cloretos de potássio e automóveis, esses bens permanecem limitados diante do protagonismo de *commodities*, bens básicos e semimanufaturados. Dessa maneira, observa-se a necessidade de estímulo à inovação, aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), à modernização industrial e à ampliação da capacidade produtiva de atividades intensivas em tecnologia.

Esse contexto reforça a dependência externa por produtos de maior valor agregado e contribui para a manutenção de um padrão de desenvolvimento subordinado, limitando a capacidade de dinamização e desenvolvimento da economia regional. Nesse sentido, os resultados observados reforçam a perspectiva de que, apesar de inserido na economia internacional, o Nordeste mantém características típicas de uma economia periférica, tanto em termos de inserção internacional quanto em sua estrutura produtiva interna.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a pauta comercial da Região Nordeste no período de 2020 a 2025 sob a luz da teoria cepalina, buscando compreender em que medida sua inserção no comércio internacional revela a reprodução de padrões de subalternidade, especialização produtiva e limitações na complexidade econômica regional.

Partindo para a análise da pauta comercial nordestina de 2020 a 2025, os dados levantados revelam aspectos econômicos importantes. Assim, no âmbito das exportações, predominam bens associados à exploração de recursos naturais e a produção de bens intermediários, de baixa e média intensidade tecnológica. Esse perfil evidencia uma estrutura produtiva pouco diversificada. Ademais, as exportações se concentram fortemente em poucos parceiros comerciais, com destaque para a China e os Estados Unidos. Esses elementos indicam um cenário de vulnerabilidade regional com relação às oscilações internacionais.

Já no âmbito das importações, há maior presença de bens energéticos, insumos estratégicos e produtos de média-baixa e média-alta intensidade tecnológica, com destaque ao gásóleo, as naftas para petroquímica, os óleos brutos de petróleo, fertilizantes e células fotovoltaicas. Esses produtos são essenciais para a manutenção das atividades produtivas, industriais e logísticas do Nordeste. Outrossim, assim como ocorre nas exportações, mantêm-se forte concentração das importações em um número limitado de parceiros. Esse padrão reforça a dependência regional de fornecedores externos e bens estratégicos e mais tecnológicos.

Identifica-se, ainda, a necessidade de investimento em segmentos que contribuam para a diversificação da pauta comercial nordestina, o aumento do valor agregado das exportações e a redução da dependência estrutural identificada ao longo deste trabalho.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa está na reprodução de assimetrias a nível intrarregional, indicando que há discrepâncias na atuação econômica entre estados da Região Nordeste. Assim, a análise demonstrou que a atividade comercial nordestina é fortemente concentrada em poucos estados, com destaque a Bahia e o Maranhão, que detêm entre si a maior parte das exportações regionais. Em contrapartida, estados como Paraíba e Sergipe possuem participação reduzida no comércio exterior, o que revela diferenças relevantes quanto ao nível de inserção produtiva e capacidade de integração econômica desses estados. Dessa maneira, a reprodução das relações de dependência se expressa em múltiplos níveis de desigualdade econômica.

Diante do exposto, os resultados da pesquisa indicam que os avanços promovidos pelo processo de industrialização nordestino e pelas políticas de desenvolvimento regional não foram suficientes para romper os condicionantes históricos da subordinação econômica. Nesse sentido, os resultados se alinham à perspectiva de Cano (1998), segundo a qual a industrialização, isoladamente, não garante a superação das limitações estruturais no desenvolvimento regional. Sendo assim, embora tenha ampliado a capacidade produtiva da região, esse processo permaneceu condicionado por uma estrutura econômica subordinada, limitando a consolidação de uma base produtiva mais diversificada, autônoma e tecnologicamente complexa.

Dessa maneira, observa-se um paralelo característico de relações do modelo centro-periferia desenvolvido pela perspectiva cepalina. Sob essa visão, a região nordeste reproduz em escala regional condições atribuídas historicamente às economias latino-americanas, atuando como um fornecedor de matérias-primas e consumidor de produtos mais industrializados provenientes de centros econômicos mundiais.

Portanto, a aplicação da Teoria Cepalina mostrou-se pertinente para compreender a inserção comercial da Região Nordeste no período de 2020 a 2025. Os resultados evidenciam a permanência de limitações estruturais que restringem a diversificação produtiva e a agregação de valor às exportações, reforçando padrões históricos de dependência. Dessa forma, o estudo contribui para o debate sobre o desenvolvimento regional brasileiro ao demonstrar que a ampliação da participação no comércio internacional, por si só, não garante transformações estruturais capazes de reduzir as desigualdades econômicas e ampliar a autonomia produtiva da região.

REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL. **Resenha Regional**. Brasília: Banco do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/portal/utg/ResenhaRegional.pdf>. 2026.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Análise das contas regionais 2002–2020**. Fortaleza: BNB, 2023. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1823/1/2023_INET_02.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. _____. **Caderno de Desenvolvimento Regional (CDS) n. 235**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2022. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1336/1/2022_CDS_235.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

_____. _____. **Economia em Números e Gráficos, ano 5, n.5, jun. 2025**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, jun. 2025. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/2179/1/2025_ENG_05.pdf

_____. _____. **Informe Macroeconômico, ano 3, n. 103**, 24 a 28 jul. 2023. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1786/1/2023_INMA_103.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**: uma resenha. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-179.

BRASIL. **Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus no Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impuestos-e-gestao-publica/2020/03/ministerio-da-economia-avalia-impacto-economico-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 16 abr. 2026.

CAMPOS, Fábio Antonio. Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira. In: **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. 1. ed. eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 238-263.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. 2. ed. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 45–66, 2001.

COSTA, Marilene Bizerra da. **Celso Furtado**: do plano das ideias para a ação interventora do Estado no Nordeste. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2021.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Anuário dos trabalhadores 2016**. São Paulo: DIEESE, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2017/anuariodosTrabalhadores/index.html?page=469>. Acesso em: 12 jul. 2026.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/ago. 2009.

FERREIRA, Carolina Rodrigues Corrêa. **Comércio internacional e o modelo de gravidade: evidências recentes em análise teórica e empírica**. *A Economia em Revista*, Maringá, v. 29, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2021. DOI: [10.4025/econrev.v29i1.58335](https://doi.org/10.4025/econrev.v29i1.58335).

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Economia do Nordeste cresce 2,4% em 2025 e acompanha média nacional**. Portal FGV, 13 abr. 2026. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/economia-do-nordeste-cresce-24-em-2025-e-acompanha-media-nacional>. Acesso em: 30 jun. 2026.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). **A balança comercial de 2024 e as incertezas para 2025**. Rio de Janeiro, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/balanca-comercial-de-2024-e-incertezas-para-2025>

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). **Balança comercial registrou em 2021 o maior superávit da sua série histórica**. Rio de Janeiro, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/balanca-comercial-registrou-em-2021-o-maior-superavit-da-sua-serie-historica>. Acesso em: 30 jul. 2026.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). **Superávit comercial do Brasil em 2022 fica ligeiramente superior ao de 2021**. Rio de Janeiro, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/superavit-comercial-do-brasil-em-2022-fica-ligeiramente-superior-ao-de-2021>. Acesso em: 30 jul. 2026.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). **O comércio exterior do Brasil em 2025**. Rio de Janeiro, 15 jan. 2026. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/o-comercio-exterior-do-brasil-em-2025>. Acesso em: 30 jul. 2026

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) **O efeito China nos índices de comércio exterior**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2022. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/noticias/o-efeito-china-nos-indices-de-comercio-exterior?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 abr. 2026

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE). Boletim Macro Regional – **Nordeste: A atividade econômica do Nordeste cresceu acima da média do Brasil**. Edição 07, mar. 2025. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2025-03/0325_bmr-ne_mar.pdf

FRANK, André Gunder. **Desenvolvimento do subdesenvolvimento**. In: PEREIRA, Luiz (Org.; trad.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Zahar, 1973. p. 27-38.

FREIRE, Laura Lúcia Ramos. **O impacto da Covid-19 nas exportações e importações do Nordeste e Estados no primeiro semestre de 2020**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2020. (Informe ETENE, n. 12). Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/883/1/2020_INET_12.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GONTIJO, Cláudio. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3 (107), p. 413–430, jul./set. 2007.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 2021, PIB cresce em todas as 27 unidades da federação. Agência IBGE **Notícias**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38388-em-2021-pib-cresce-em-todas-as-27-unidades-da-federacao>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. _____. Em 2022, PIB cresce em 24 unidades da federação. Agência IBGE **Notícias**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41893-em-2022-pib-cresce-em-24-unidades-da-federacao>. Acesso em: 30 jun. 2026.

_____. _____. PIB cresce em todos os 27 estados do país em 2023. Agência IBGE **Notícias**, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45142-pib-cresce-em-todos-os-27-estados-do-pais-em-2023>. Acesso em: 30 jun. 2026.

IPEA. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Carta de Conjuntura: Balança comercial**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/balanca-comercial/>. Acesso em: 30 jul. 2026.

LEAL, A. *et al.* A avaliação das exportações do Brasil para a China segundo a intensidade tecnológica. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER - NE, 15., 2023, Serra Talhada - PE. **Anais [...]**. Serra Talhada: SOBER - NE, 2023.

LIMA, Victor José Rocha. **Progresso técnico, mudança estrutural e condição de viabilidade da mudança técnica no centro, semiperiferia e periferia do capitalismo (1970-2019)**. 2023. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Escola de Negócios, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/25432/1/000506013-Texto%2Bcompleto-0.pdf>

LOMBAERDE, Philippe. **Regionalismo latino-americano: produção de saber e criação e importação de teoria**. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 262–284, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/29593>.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Exportações Nordeste 2020**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133680>. Acesso em: 18 ago. 2025.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Exportações Nordeste 2021**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133680>. Acesso em: 18 ago. 2025.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Exportações Nordeste 2022**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133680>. Acesso em: 18 ago. 2025.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Exportações Nordeste 2023**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133680>. Acesso em: 18 ago. 2025.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Exportações Nordeste 2024**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133680>. Acesso em: 18 ago. 2025.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Importações Nordeste 2020**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133679>. Acesso em: 20 jan. 2026.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Importações Nordeste 2021**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133679>. Acesso em: 20 jan. 2026.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Importações Nordeste 2022**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133679>. Acesso em: 20 jan. 2026.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Importações Nordeste 2023**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133679>. Acesso em: 20 jan. 2026.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Importações Nordeste 2024**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133679>. Acesso em: 20 jan. 2026.

_____. _____. ComexStat Base de Dados: Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior - **Importações Nordeste 2025**. Brasília, DF: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/133679>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MORCEIRO, Paulo César. Nova classificação de intensidade tecnológica da OCDE e a posição do Brasil. **Temas de Economia Aplicada**, São Paulo, fev. 2019. Disponível em:

https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif461-8-13.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 mar. 2026.

MUSSI, Ricardo Franklin *et al.* Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 2, p. 414-430, 2019.

NASSIF, André. O modelo centro-periferia e a economia política da Cepal: ontem e hoje. In: Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), 49., 2021, on-line. Anais [...]. [S. l.: ANPEC], 2021. p. 1-19.

Disponível em:

https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_I/i2-8131f48c2e25cf8adf6a27037f6cd3cb.pdf.

SANTOS, Thais da Silva. **O papel das exportações na redução da vulnerabilidade externa: um estudo da relação entre a pauta exportadora e a entrada de divisas no Brasil entre 1997 e 2022**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33031>

SANTOS, Ulisses Pereira; OLIVEIRA, Francisco Horácio Pereira. Três fases da Teoria Cepalina: uma análise de suas principais contribuições ao pensamento econômico latino-americano. **Análise–Revista de Administração da PUCRS**, 2008, vol. 19, no 2.

SEI-BA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Info Nordeste** (indicadores socioeconômicos da Região Nordeste). Disponível em:

https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/migracao_2024/arquivos/images/resumo/info_nordeste.pdf

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47–100, 1949.

PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico (1951). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 179-216.

ROSA, Maria Eduarda Cação. O Terceiro Mundo e as Relações Internacionais: uma relação intermediada pelas categorias de subalternidade, centro-periferia e desenvolvimento. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, v. 12, n. 23, 2019.

SCHWARTZ, G. **John Maynard Keynes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA FILHO, Luís Abel da; SILVA, Fábio José Ferreira da; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Nordeste industrial: a fragmentação territorial de uma região periférica. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 9-24, abr./jun. 2015.

SINGER, Hans W. A distribuição dos ganhos entre países investidores e países tomadores de empréstimo. **American Economic Review**, v. 40, n. 2, p. 473–485, 1950.

SISCOMEX. **Superávit da balança comercial sobe 7% e atinge US\$ 50,99 bilhões em 2020**. Brasília, DF, 4 jan. 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/informacoes/demais-noticias-de-comercio-exterior/comerc>

[io-exterior/superavit-da-balanca-comercial-sobe-7-e-atinge-us-5099-bilhoes-em-2020](#). Acesso em: 30 jul. 2026.

TINBERGEN, Jan. **Shaping the world economy: suggestions for an international economic policy**. New York: Twentieth Century Fund, 1962.

TRASPADINI, Roberta et al. Uma análise da vigência e relevância do ensaio Dialética da dependência à luz da pintura mural de Marion Greenwood: o popular no centro do debate. *Reoriente*, v. 3, n. 1, p. 191-217, jul./dez. 2023. **Dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de Dialéctica de la dependencia (Parte II)**. DOI: 10.54833/issn2764-104X.v3i1p191-217. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/server/api/core/bitstreams/d334d105-00fd-4913-aa1-ff1dbffcc3e9/content>

UNITED NATIONS. **International Standard Industrial Classification of All Economic Activities: Revision 4**. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, 2008. (Statistical Papers, Series M, n. 4/Rev.4).

VALENCIA, Adrián. Dependência e neodependência no século XXI. *Reoriente*, v. 3, n. 1, p. 26-37, jul./dez. 2023. **Dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de Dialéctica de la dependencia (Parte II)**. DOI: 10.54833/issn2764-104X.v3i1p26-37. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/server/api/core/bitstreams/d334d105-00fd-4913-aa1-ff1dbffcc3e9/content>.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. O Brasil e a integração da América do Sul: o subimperialismo em perspectiva histórica. *Reoriente*, v. 3, n. 1, p. 102-125, jul./dez. 2023. **Dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de Dialéctica de la dependencia (Parte II)**. DOI: 10.54833/issn2764-104X.v3i1p102-125. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/server/api/core/bitstreams/d334d105-00fd-4913-aa1-ff1dbffcc3e9/content>

WANDERLEY, Lívio Andrade. Industrialização do Nordeste e (des)regionalização. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 13-35, jan./mar. 1996.